

ELIZABETH CANCELLI

ESTRATÉGIA PARA O FLAGELO

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientadora:

Profa.Dra. Maria Stella Martins Bresciani

CAMPINAS

- 1984 -

UNICAMP
Biblioteca FCH

Handwritten notes:
1984
1984
1984

"Pagem metido em farrapos
Da glória que outras tiveram,
Poderei amar os trapos
Por ser tudo que me deram".

Fernando Pessoa

AOS QUE RESISTEM

AGRADECIMENTO

A tolerância recíproca talvez seja a prova mais contundente de amizade e respeito que se possa ter, principalmente nos momentos neurotizantes de confecção de uma dissertação de mestrado. Por isso, gostaria de começar agradecendo àqueles amigos, colegas e professores que tiveram a coragem de incentivar-me a concluir esta tarefa quase solitária em um lugar de princípio estranho.

Embora os agradecimentos devessem se estender ainda mais, devo uma deferência especial:

A Maita, Harvey, Wilson e Teca, amigos dedicados que me acolheram sempre com carinho e da melhor forma possível em todos os momentos e muitas vezes por períodos demasiadamente longos. Em especial à Teca, que além de tudo teve a paciência de arcar com a tarefa de reparar os deslises cometidos com a língua portuguesa;

Ao Carlos, Inês Castro, Geralda, Inês Portugal, Paulo, Gu e Lúcia, colegas e amigos que, mais do que ajudar, seguraram a barra e fizeram a vida bem mais bonita em Cuiabá;

Aos professores e colegas do Departamento de História da Unicamp, por terem me feito finalmente deixar de lado tantas certezas. Em especial à Déa, Ítalo, Marco, Amneris e Soninha;

Ao Edgar; pelo incentivo, força e disponibilidade de sempre elevar o trabalho e o astral;

A minha família, que suportou durante esses últimos anos tantas inquietações com tranquilidade e muita solidariedade;

À Lia, pela tentativa sempre presente de aju-

dar, e pelo trabalho de conferir e confeccionar as notas bibliográficas;

À Cecília, cuja solidariedade fez com que eu me reanimasse;

Aos amigos Maurício e Maria Alice e ao restante do pessoal de Campinas;

À Valéria e à Jane pela coleta de pesquisa;

Ao pessoal da secretaria de pós-Graduação em Ciências Humanas da Unicamp, a quem devo tanto favores, em especial à Márcia, à Lourdinha e Terezinha, a quem devo agradecer pelo paciente trabalho de datilografia e revisão;

Ao CNPq, pela bolsa para conclusão dos créditos;

À UFMT, cujo agradecimento fica restrito àqueles que me incentivaram;

Ao Álvaro, cuja companhia agradável e sensível me fez voltar ao mundo da academia;

E talvez o agradecimento mais importante que deva fazer: À Stella pela amizade, dedicação, incentivo e orientação, que de muito ultrapassou os limites impostos à academia e a quem ainda devo, além dos agradecimentos, um pedido de desculpas por ter apresentado quase uma imposição ao escrever a dissertação de forma tão rápida;

Aos anos felizes em Campinas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. BRASIL: AME-O	04
3. BRASIL: DEIXE-O	54
4. O LUGAR DA VIDA	94
5. BIBLIOGRAFIA	114

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve seu início na tentativa de recuperar alguns aspectos que pudessem abranger a campanha do Estado Novo na Marcha para o Oeste. No primeiro contato que tivemos com as fontes, cada vez foi mais surpreendente o caráter ideológico que cercou a campanha. Em jornais, livros, revistas, cartazes e filmes a maneira pela qual o discurso foi produzido pelas correntes autoritárias nos fez refletir de um modo diverso o prisma pelo qual, naquele momento, deveríamos empreender o exercício da recuperação histórica. Chegamos à conclusão de que a campanha da Marcha teve um sentido que só poderia ser buscado se pudessemos localizar e entender alguns matizes ideológicos mais gerais que permeavam a estratégia de dominação do Estado. O nacionalismo, a figura do líder, a repressão policial, a promessa futurística da sociedade, a construção do Homem Novo e de inimigos, todos esses componentes do ideário totalitário estadonovista estavam presentes quando do chamamento para a ocupação do hinterland brasileiro.

No sentido de veicular o sonho da Marcha, o bandeirante foi redescoberto. Aquele que se dirigia para o Oeste no período colonial foi recuperado como herói e como modelo. Precisávamos agora dos heróis do século XX. Cassiano Ricardo publica em dois volumes a Marcha para o Oeste que tem suas edições rapidamente esgotadas. A coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros pioneiros do centro oeste, mesmo que esses em sua maioria fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do nordeste.

Realizar a Marcha tomou as proporções, durante o Estado Novo, do dever de levar adiante uma empreitada cívica que deveria dar ao Brasil um Novo sentido. No discurso totalitário estadonovista, era uma obrigação patriótica atender - ou pelo menos acreditar - que ocupar os "espaços vazios" brasileiros representava fazer parte verdadeiramente da vida pública. Este reclamo de patriotismo deveria ser respondido a bem de contribuir para a construção da sociedade do "avé-nir". Os novos bandeirantes, conformados com sua sorte de pioneiros, seriam os homens a moldar para que se constituíssem nos novos heróis, algo, parece-nos, extremamente semelhante à campanha de incorporação da Amazônia nos inícios da década de 70.

Procurar as assim chamadas realizações objetivas realizadas pelo Estado, pareceu-nos, por isso tudo, deixar de apreender de uma maneira mais profunda o significado maior que teve a Marcha para o Oeste. Saber que houve a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, e a criação de duas colônias agrícolas nacionais (Ceres, em Goiás e Dourados, em Mato Grosso), bem como a construção de Goiana com seu Palácio das Esmeraldas, por exemplo, não foi nada mais que compreender que nas "realizações objetivas" escondia-se o maior porquê de algo que fazia parte da estratégia de dominação estadonovista.

Na tentativa de resgatar parte da riqueza da Campanha, o caminho utilizado para a realização do trabalho não foi dos mais fáceis. O maior problema se traduziu no acesso às fontes. A distância dos arquivos centrados principalmente no eixo Rio-São Paulo faz praticamente impossível qualquer pesquisa principalmente do século XX. Por outro lado, tivemos que desistir de aprofundar alguns pontos da pesquisa, como o pa-

pel que a polícia exerceu sobre a locação de contingentes populacionais e o peso que teve na elaboração da própria campanha, devido à tradição de certos arquivos brasileiros de tomar para si o que é um bem público. Mesmo sabendo da existência de material que pudesse dar mais um caminho para a investigação, o acesso aos documentos nos foi vedado.

Quanto à distância espacial em relação aos arquivos, foi necessário um pouco mais do que disciplina para enfrentar o dilema da pesquisa. A única saída encontrada para viabilizar o trabalho foi a construção de um pequeno arquivo particular com, pelo menos, o material indispensável para a tarefa de escrever uma dissertação de mestrado.

Por várias razões, portanto, este trabalho apresenta uma série de limitações, que seriam ainda maiores não fosse a orientação recebida. À medida do possível, entretanto, continuaremos a tratar do tema.

2. BRASIL: AME-O

"Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não havia ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer". (1)

Durante o período do Estado Novo (1937-1945) - e em sua estratégia política de dominação - a Campanha da Marcha para o Oeste foi uma das mais importantes empreitadas cívicas levadas a cabo pelo Estado. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), através de todo seu aparato institucional e do controle sobre os meios de comunicação de massa, produziu uma infinidade de publicações e programas radiofônicos incentivando o andamento e o sucesso da Marcha para o Oeste. (2)

Encarada como uma das mais importantes iniciativas do período, a Campanha foi motivo de vasto debate intelectual. Eram promovidos encontros, discussões e retomava-se a lenda dos bandeirantes de uma maneira inovadora. O sentido cívico da Marcha, por sua vez, foi o ponto sobre o qual o Estado se debruçou na Nova tarefa. Por ocasião do lançamento

(1) ARENDT, Hanna. A condição humana. p. 191.

(2) SILVA, Hélio. Vargas.

to da campanha, em 1938, Vargas deu ao Brasil inteiro a nova determinação de buscar a ação vitoriosa da coletividade na incorporação do "hinterland":

"Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluimos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne de seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem de todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos

construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das próprias fronteiras". (1)

O aspecto cívico do empreendimento de conquista dentro das próprias fronteiras possui um ponto fundamental que irá proporcionar o elemento capaz de aglutinar a população como um todo neste esforço: o nacionalismo. Nesse discurso de Vargas, como em tantos outros, o nacionalismo funciona como catalisador ideológico para qualquer tipo de ação. Ele é o mito criado pelo imaginário totalitário - apresentado sempre de uma maneira eloqüente -, apto a fazer da unidade fragmentada (o próprio Brasil, e a sociedade) um corpo só. É ele, pelo que engendra de totalizante, que matizará toda a sociedade, funcionando como (para fazer uso de uma imagem bem a gosto dos ideólogos autoritários) o catalisador energético, capaz de organizar o caos social (sic).

Longe de tomar o nacionalismo como um sentimento de naturalidade que permeia a nação como um todo, cabe lembrar que ele faz parte da estratégia de dominação estadonovista. Será somente através da criação do mito do nacionalis-

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política do Brasil. p. 284-285.

mo que a força impulsionadora da Marcha para o Oeste poderá ser entendida.

O nacionalismo, como força aglutinadora de interesses e como elemento fundamental para a política de dominação e de legitimação do Estado, aparece de maneira exemplar na conferência que Francisco Campos dá no Salão de Belas Artes no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1935.(1) Nela, Campos - e não é por acaso que ela passa a ser o primeiro artigo da coletânea - parte de uma análise conjuntural da sociedade para chegar a justificar algumas conclusões elucidativas do projeto político estadonovista.

Partindo do Liberalismo, é construído todo um raciocínio que induz à necessidade de criação de mitos. A justificativa para a existência desses mitos fundamenta-se, primeiramente, na constatação de um mundo com uma dinâmica diferenciada: o mundo com a presença das massas. Estas, uma vez que a complexidade dos problemas modernos caminha num crescendo, vêm-se cada vez mais alijadas da participação política dentro dos limites peculiares do liberalismo o qual, devido às suas premissas racionais, é incapaz de absorvê-las.(2) Para Francisco Campos, "a consequência natural do desdobramento deste processo dialético será, por força, a transformação da democracia, de regime relativista ou liberal, em estado integral ou totalitário, deslocado, com velocidade crescente, o centro de decisões políticas da esfera intelectual para o plano irracional ou ditatorial da vontade".(3)

(1) CAMPOS, Francisco. O estado nacional.

(2) Ibid, p. 22.

(3) Ibid p. 23.

Seguindo em sua fala, e tendo como ponto de apoio a negação do liberalismo, Campos dirá que a democracia "havia criado um aparelho de aparência racional, destinado a conduzir o processo político, sem maiores crises de tensão, a soluções ou decisões suscetíveis do mais largo e compreensível assentimento. A irracionalidade dos seus métodos, uma vez que se ampliou a escala dos acontecimentos e o vulto das questões, tornou-se, porém, de evidência lapidar. O princípio básico do regime liberal era, com efeito, que as questões deveriam ser propostas e discutidas perante o forum da opinião pública, a fim de que esta tomasse as decisões suficientemente esclarecida (sic). Enquanto a área do governo se restringia a uma reduzida esfera de negócios, e particularmente as mais simples e elementares, foi possível deliberar por aqueles processos, ou melhor, submeter ao voto da opinião soluções sobre as quais já não havia divergências agudas ou conflitos irritantes. As últimas conseqüências da revolução industrial criaram, porém, aos governos, novas e complexas funções, estendendo a área de seu controle de maneira a envolver na sua deliberação questões para cuja elucidação se exigem conhecimentos técnicos e especializados cada vez mais remotos ainda compreensão das pessoas cultivadas. A densidade e a extensão da área do governo tornam cada vez mais inacessíveis à opinião os problemas do governo. Enquanto se tratava de questões suscetíveis de serem colocadas em termos de sentimento ou de encontrar resposta adequada ou satisfatória na atmosfera de emoção originada dos debates públicos, ainda era possível o funcionamento do regime de opinião. Eram questões humanas por excelência, no sentido de acessíveis ao entendi-

mento ou ao sentido geral. As questões que se encontram hoje no plano das cogitações do governo são, porém, de outra natureza. Ou são questões remotas à compreensão geral, ou estranhas ao interesse geral, por não serem suscetíveis de despertar emoções sem as quais não se estabelece nenhuma corrente de opinião pública, ou são questões que envolvem no seu seio, pelo menos em estado de latência, tais possibilidades de antagonismo ou de conflito, que propô-las ao pronunciamento da opinião seria expor-se ao grave risco de provocar contra a sua decisão a resistência violenta dos interesses em cujo prejuízo fosse ela proferida, e, portanto, tornar inevitável uma forma de luta que o processo democrático se propõe precisamente a evitar .(1)

Portanto, segundo Campos, o que assegura a unidade não é, claramente, a forma política liberal, nem tam-pouco a unidade do regime jurídico, mas, "no sentimento que a nação é o envoltório do eterno", o "primado do irracional, e, em se tratando de formas coletivas de vida, o primado do in-consciente coletivo, por intermédio de cujas forças subterrâ-neas ou telúricas se tornava possível realizar, de modo mais ou menos completo, a integração política, que o emprego da razão somente obtivera de maneira precária e parcial. O irra-cional é o instrumento da integração política total, e o mito, que é a sua expressão mais adequada, a técnica intelectualis-ta de utilização do inconsciente coletivo para o controle po-lítico da nação". Segundo ele, é no mito da nação que o Esta-

(1) CAMPOS, Francisco. O estado nacional. p. 23-24.

do totalitário encontra sua expressão mais enérgica. (1) (2)

O mito se constitui, então, no principal agente de movimento, em torno do qual a sociedade se aglutina no sentido de se constituir num corpo uno. O apelo sentimental feito através do nacionalismo passa a ser sempre o elemento primordial para permitir que a sociedade se auto-represente como um corpo uno, organicamente constituído. Através do nacionalismo, é definido o papel social do indivíduo (orgânico), e o exercício do poder do discurso totalitário tenta apagar qualquer vestígio de divisão social, de luta de classes, ou, para irmos mais longe, tenta apagar o espaço público (lugar onde o Homem fala e Age) (3) à medida mesmo em que nega

(1) Ibid. p. 10-12.

(2) Para ter-se uma idéia da importância do livro de Francisco Campos, gostaríamos de lembrar dois comentaristas: Azevedo Amaral e Agamenon Magalhães. O primeiro chama atenção para o fato de se encontrar no "Estado Nacional" lições sobre as origens, razões determinantes e natureza essencial do Estado de 10 de novembro, elaboradas pelo pensador político, "que tem sido o mais valioso colaborador intelectual do presidente". O segundo diz que a coletânea de Campos está destinada a ter repercussão maior ou igual à influência cultural que teve o "Federalista" de Hamilton.

(2a) AMARAL, Azevedo. Interpretação do regime. O Estado de Mato Grosso. 12 de maio 1940, p. 2.

(2b) MAGALHÃES, Agamenon. O estado nacional. O Estado de Mato Grosso. 9 maio 1940. p. 2.

(3) ARENDT, Hanna. A condição humana. p. 172.

o mundo do político. A massa, portanto, reconhecendo-se através do sentimento(1), nem tem a si própria como engendrada da pluralidade (condição do homem enquanto ser político), nem como capaz de mover-se contra a disciplina do não atrito. O homem - na construção do ideário - é percebido somente como Brasil iró que deve, antes de mais nada, identificar-se com os desígnios e a construção da nação, bem comum e supremo daqueles dotados do mais digno dos sentimentos de quem habita uma determinada parte do globo: o nacionalismo (sic). A construção do mito do nacionalismo passa a ser o elemento de prontidão utilizado para qualquer exercício do poder totalitário.

O recorte de dois outros pronunciamentos de Getúlio Vargas mostra-nos de maneira bastante clara a forma pela qual o nacionalismo se apresenta no discurso como elemento de dominação:

"São os povos bem organizados, penetrados por um vigilante espírito nacionalista, subsistem. E nós subsistiremos porque somos unidos, disciplinados e dispostos a todos os sacrifícios em favor do Brasil". (2)

(1) REICH, na Psicologia das massas do fascismo, referindo-se ao problema da repressão sexual e o conflito que ela gera, diz que em torno na sexualidade criam-se representações da honra e poder. Desta repressão, "A mística de qualquer natureza tira suas energias mais fortes e em parte seus conteúdos". (IN: REICH, Wilhelm. Psicologia de massa do fascismo. p. 48 e segts.)

(2) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política do Brasil. v. 7 p. 263

"Ser brasileiro não significa somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: 'O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o nosso sangue'. É cultivar o sentimento de brasilidade, pela dedicação, pelo afeto, pelo desejo de concorrer para a realização da grande obra, na qual todos somos chamados a colaborar, porque só assim poderemos na marcha ascensional da prosperidade e da grandeza da pátria". (1)

É interessante observar as premissas: 1º) só os povos nacionalistas, e os povos nacionalistas vigilantes subsistem; 2º) subsistir é ser um corpo só, disciplinado e cego de amor pela construção de uma figura abstrata que é o Brasil; 3º) o respeito as leis e o amor às autoridades é algo elementar, ou seja, ser brasileiro ultrapassa de muito esta "tábua razea"; 4º) é o Brasil que nos faz existir enquanto organismo vivo, não nosso trabalho; portanto, como ele nos dá a vida, a vida, os brasileiros a ele a devem; 5º) o Brasil tem um fim último que lhe foi predestinado (o país do futuro), portanto, no presente, devemos nos submeter, nos sacrificar para sacrificar para cumprir nosso papel, que é o de permitir que o Brasil cumpra o seu.

Estes dois trechos da fala de Vargas funcionam dentro de si próprios como mostra da ação do discurso utilizada na campanha da Marcha para o Oeste, e cuja estratégia de dominação foi frontalmente colocada por Francisco Campos. Por outro lado, é através da negação do liberalismo que a ar-

(1) Ibidem v. 7 p. 198.

gumentação da construção do mito do nacionalismo tentará se legitimar. No decorrer do "Estado Nacional", e muito mais na revista "Cultura e Política"(1), a negação do liberalismo é sistematicamente utilizada para o propósito da legitimação do Estado Novo,

Na atitude de negação, relacionada de maneira constante com a criação do sentimento nacional, Alberto Torres é o intelectual autoritário que criará, embora não fazendo parte do novo projeto político(2), uma das figuras simbólicas mais utilizadas pelos idealizadores do projeto político totalitário para preparar os caminhos da construção de um

(1) GOMES, Angela Castro et alii. Estado novo: ideologia e poder.

(2) Embora Torres tenha falecido em 1917, sua influência é lar ga e expressiva. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, mesmo depois de sua morte, funda-se na Faculdade de Direito o Grêmio Universitário Alberto Torres. A "grande manifestação de prestígio e de irradiação de seu nome foi a fundação, em 10 de novembro de 1932, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro (...) e que destinava-se a cooperar para os trabalhos que a Assembléia Constituinte teria, pouco depois, que enfrentar".

Lima Sobrinho vai mais longe, dizendo que o decreto de Cândido Mota Filho (nº 37 608), quando Ministro da Educação de Café Filho, para a criação do ISEB, nada mais é do que o Instituto Superior dos Estudos dos Problemas Nacionais, constante do art. 103 do projeto de Constituição de Alberto Torres.

Quanto à presença do Integralismo na Sociedade de Amigos, principalmente na figura de Plínio Salgado, Sobrinho diz (2a) que o integralismo insistia em utilizar-se abusivamente de Alberto Torres. O uso de Torres pelos in-

espírito nacional: a figura da fragmentação social. A tendência do leitor ao tomar o livro de Alberto Torres(1) é fazer uma relação quase que direta com a física: apresentado um todo - o país -, é constatada a existência de partes em desordem, como se fossem moléculas; fisicamente, a única maneira de ordená-las seria gastar uma quantidade suficiente de energia para organizá-las, ou seja, empreender um grande esforço nacional.

O caos, a desorganização, existe, segundo Torres, porque para uma nação a "história étnica, econômica e social, só começará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes de várias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo íntimo e profundo, que

tegralistas não seria válido porque, e principalmente, Torres "pregava a paz e condenava categoricamente as guerras de conquistas"(2b).

Lúcia Lippi Oliveira(2c), faz as seguintes observações acerca de Torres: 'A geração republicana seria, para Cândido Mota Filho, uma geração sacrificada, à qual coube a negação, a incredulidade e a artificialidade (...) daí nascendo a ânsia de busca da realidade, que encontrou em Alberto Torres 'um dos apóstolos do realismo social no Brasil'".

(2a) LIMA, Barbosa Sobrinho. Presença de Alberto Torres: sua obra e seu pensamento. p. 512-513.

(2b) Ibidem. p. 513.

(2c) OLIVEIRA, Lúcia Lippi, (coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30.

(1) TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro.

a unidade está longe de realizar".(1)

O quadro simbólico de que Torres fará uso - muito peculiar entre os autoritários é o fato de se trabalhar sempre com imagens e não com conceitos, algo próprio do imaginário totalitário - para explicar o país é bem significativo da imagem de caos e crise, cuja redenção, como já vimos, é a busca do caráter nacional: "Sua população é um conglomerado de famílias, classes, associações, partidos, profissões, raças, nacionalidades, religiões: pode possuir, durante uma fase relativamente longa de sua vida histórica de dezenas de anos, ou ainda talvez, de um ou dois séculos, cidades ostentosas, estradas de ferro, obras e empresas colossais, porém, não viverá senão uma vida fictícia, sem espírito e sem unidade, como a vida de um hotel, ou de uma estação de estrada de ferro, onde se encontram e se cruzam, em movimento febril, milhares de indivíduos, camadas e gerações da sociedade, sem nenhuma consciência de interesse comum. Tais sociedades não deixam, em posições, senão riquezas mortas e monumentos mais mortos ainda: obras frias de uma história, que não animou o espírito de um ideal".(2)

Os totalitários vêem no liberalismo a forma de organização política que permitiu a existência do conflito de classes. Motivados sempre por causas menores - as particulares - os liberais, abandonando o princípio de ordenamento da sociedade, teriam permitido a emergência de antagonismos e revoltas. Ordenar a sociedade para "um só pensamento brasileiro significava, antes de mais nada, modificar o lugar do indi-

(1) TORRES, Alberto. A organização nacional.

(2) TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro.

víduo e das classes no espaço público, negando as diferenças, a pluralidade e qualquer forma de organização e manifestação que pusesse em xeque a concepção orgânica da sociedade. Tudo que dela fugisse revelava-se, por isso, como crise. O conflito era intolerável. O caos, a crise, filhos do liberalismo, como bem ressaltou Campos, só serão solucionados, segundo Vargas, e aí a grande aproximação com Torres, quando se "organizar a opinião civil para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro". (1)

Analisando a estratégia de ação dos integralistas (2), Marilena Chauí mostra com muita clareza como, no mesmo período, a ABI lança mão da crise como discurso de legitimação: "A crise é usada para fazer com que surja diante dos agentes sociais um sentimento de perigo que ameaça igualmente a todos, dá-lhes o sentimento de uma comunidade de interesses e de destino e leva-os a aceitar a bandeira da salvação da sociedade supostamente homogênea. Nesta medida, a imagem da crise pode funcionar como mola propulsora de um discurso e de uma prática contra-revolucionários porque visa a impedir que as classes sejam assumidas como tais".

Pode parecer surpreendente que a organicidade e o espírito de unidade obtidos através da criação do mito sentimental do nacionalismo tenham sido capazes de sustentar o Estado embrenhado no ideário totalitário por 15 anos (1930-1945). Entretanto, muito mais do que imputarmos o sucesso da

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política do Brasil, v. 5. p. 300.

(2) CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia de C. Ideologia e mobilização popular. p. 129.

nova estratégia política ao surgimento das classes médias urbanas e ao descontentamento com o alijamento político que as elites da República Velha se lhes impunham, parece-nos mais esclarecedor esse papel tomado pelo mito do nacionalismo se seguirmos o próprio caminho que Francisco Campos sugere: o fato extremamente novo do surgimento das massas. O insucesso político da República Velha e sua perda de legitimidade (ou consentimento), bem como, pelo lado inverso, a força de arregimentação do novo projeto político, estão calcados na "competência" que o novo discurso teve em envolver e mobilizar essas massas. A mobilização de um grande contingente populacional desiludido, alheio politicamente, desorganizado e descrente das esperanças político-partidárias, sob a proteção futurística de um grande empreendimento nacional e unificador (a construção de uma grande nação grande), constituiu-se no discurso que suportou a prática social.(1)

(1) Hannah Arendt, quando estuda o fenômeno das massas, dá a razão pela qual só com o surgimento delas o totalitarismo se estabelece:

"Em outras palavras, embora seja verdade que as massas são obsecadas pelo desejo de fugirem da realidade porque, privadas de um lugar no mundo, já não podem suportar os aspectos acidentais e incompreensíveis dessa situação, também é verdade que sua ânsia pela ficção tem algo a ver com aquelas faculdades do espírito humano, cuja coerência estrutural transcende à mera ocorrência. Fugindo à realidade, as massas pronunciam um veredito contra um mundo no qual são forçadas a viver e onde não podem existir, uma vez que o acaso é o senhor supremo deste mundo e os seres humanos necessitam transformar constantemente as condições de caos e do acidente num padrão humano de relativa coerência".

(1a) ARENDT, Hannah. Totalitarismo, paradoxismo do poder. In ARENDT, Hannah-
As origens do totalitarismo. v. 3. p. 87.

A figura da crise foi capaz de incentivar a noção de que a verdade detectada pelos pensadores totalitários proporcionava a construção de uma única imagem: a do caos advindo da fragmentação provocada pelo liberalismo. Esta cizania em que se encontrava o país era identificada na fragmentação econômica, nas etnias diversas, na pobreza, na luta de classes, na corrupção, na idequação da máquina burocrática e do sistema político de representação. A construção do futuro paradisíaco, com a união de todos por uma jornada de construção cívica, por um país grande e justo, era o contraponto da verdade da crise. O nacionalismo, sua concretização positiva.

Através da utilização do nacionalismo, como observa MASUR (Apud LEVINE) (1), muitos dos objetivos sócio-econômicos da "era Vargas, tornaram-se, mais tarde, indiscutíveis aspirações nacionais", como a conquista do centro-oeste e da Amazônia, por exemplo.

O aparato repressivo e de propaganda utilizado para disseminar a idéia de unidade durante o período é de importância vital para a aceitação do nacionalismo como um sentimento que espelha a verdade. A presença cada vez mais acentuada da atmosfera de estado policial - principalmente após 1935 -, cuja rede de informações e controle (2) garantia a não existência de vozes discordantes, era respaldada pelo aparato de propaganda.

(1) LEVINE, Robert. O regime de Vargas: os anos críticos de 1934-1938.

(2) LEVINE, Robert. Op.cit. p. 232, 290.

Através do DIP, o Estado serviu-se dos jornais, cinema, rádio e todo tipo de publicações (como a revista Cultura e Política, por exemplo) para forjar a imagem de uma grande comunidade nacional. A idéia do uno que perpassa a estratégia edifica também a imagem de uma nação coesa e unida. É nesse sentido que o grande meio de comunicação de massa da época - o rádio - tenta concretizar a idéia integradora. O país inteiro, durante o tradicional período das 19 às 20 horas - A HORA DO BRASIL - cumpre "o ritual de confraternização dos brasileiros, repondo a imagem de unidade nacional e participação geral". (1). O próprio nome escolhido - HORA DO BRASIL - apresenta-se carregado de uma força emocional que dá aos brasileiros a certeza de que naquele momento todos são um só.

No dia 1º de maio de 1937, em mensagem ao Congresso Nacional, Getúlio faz menção especial à utilização do rádio como fator de união nacional:

"O Governo da União procurará entender-se a propósito, com os Estados e municípios, de modo que, mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados rádios receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo e idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação (grifo nosso). A iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no

(1) BRESCIANI, Maria Stella M. - Comunicação apresentada no simpósio Estado Novo e Amazônia, XXXII Reunião da SBPC, p. 10, Mimeografado.

Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes zonas do interior e a maioria dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelefonia está reservado o papel de interessar todos por tudo quanto se passa no Brasil". (Grifo nosso) (CABRAL apud CARMONA & LEITE). (1)

Cabe lembrar que depois de 1930 o rádio toma um grande impulso no Brasil, e a decisão de veicular a propaganda de uma maneira massiva através desse meio de comunicação é ainda mais eficaz quando se sabe que por volta de 1941 o Brasil já possuía cerca de um milhão de aparelhos de rádio. (2)

A importância dada ao rádio não fica, de maneira alguma circunscrita ao entendimento do Estado. Trata-se de divulgar e de propagar a importância estratégica do rádio para a população como um todo. O Jornal O "Estado do Mato Grosso" apresenta alguns artigos que, além de pretenderem a integração do Estado através da comunicação, chamam a atenção para o papel educativo e político do novo meio. Um desses artigos é elucidativo:

"O brado vitorioso do Sr. Getúlio Vargas, da Marcha para o Oeste, imprimindo novos rumos às velhas e lendárias bandeiras

(1) CARMONA, Elyzabeth & LEITE, Geraldo. Radio, povo e poder: subserviência e paternalismo. In: MELLO, José Marques de, (Coord.) Populismo e comunicação.

(2) LEVINE, Robert. Op.cit., p. 258.

ras, está a exigir, primordialmente, a organização de uma transmissora de rádio, em ondas curtas e longas, que deveria funcionar permanentemente, na Capital da República, com potência necessária para atingir com vantagem, os mais longínquos recantos do país.

Seria colocar todos os núcleos da população esparsos por todo o território brasileiro ao alcance da voz do Brasil, durante todo o dia e, não apenas nos poucos instantes reservados à 'hora nacional'.

Seria, sobretudo, como obra de nacionalismo evitar se vissem os brasileiros do extremo oeste obrigados a manter seus rádios sintonizados, durante todo o dia, em estações estrangeiras, notadamente argentinas, que são as que mantêm irradiações permanentes em ondas curtas.

(...)

Que se faça, pois, do rádio, no Brasil, um fator de nacionalização e o pioneiro do 'Rumo ao Oeste'. Poderoso instrumento de propaganda, constitui ele, no século em que vivemos, o elo mais forte de aproximação e a força mais viva de realização no campo espiritual e político-social".(1)

A revista "Cultura e Política" também nos dá um artigo com o título de "A Ordem Política e a Evolução Artística", apresentando um diagnóstico sobre a importância do rádio:

(1) RUMO oeste. O estado de Mato Grosso. Cuiabá. 29 Agosto 1939. v. 1, nº 2, p. 2.

"Se a vastidão do território brasileiro não é um entrave para a evolução social do nosso país, é no entanto, certo que a grande extensão do nosso país não deixa de ser, indiscutivelmente, um sério obstáculo para que a ação governamental se faça sentir em sua plenitude e eficiência, na alta função de preparar a nacionalidade para os seus gloriosos destinos.

Dai o papel de extraordinária importância que o Rádio vem exercendo na vida nacional como veículo de progresso e de cultura, aliás proclamado com sabedoria pelo poder público, quando, no Art. 11 do Decreto 21 111, de 19 de março de 1932, houve por bem reconhecer que o 'serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional'.

Nada mais feliz do que esse pronunciamento do Governo da República. O rádio é o maior fator de extensão cultural e educação cívica dos nossos tempos, pois, com a facilidade de penetração e a rapidez de divulgação das idéias, vencendo o espaço e o tempo, para atingir os mais longínquos rincões da terra brasileira, leva em suas ondas misteriosas e encantadoras a palpitação e a certeza do progresso, divulgando os acontecimentos marcantes da civilização moderna que se verificam nos centros mais adiantados do mundo, mantendo unidos, pelo contato direto e permanente de seus elementos vitais, os pontos mais afastados do território pátrio.

O seu poder é incomparavelmente maior ao de qualquer outro meio de publicidade, pelo que está hoje colocado ao lado da Imprensa como órgão de função pública, capaz de auxiliar o Estado na sua elevada missão construtiva e criadora de um Brasil forte e rico.

(...)

Se o rádio possui em suas antenas essa admirável faculdade de influir decisivamente na formação artística e espiritual do povo, é natural que essa força poderosa seja tão somente usada a serviço da coletividade. Daí a necessidade de um órgão coordenador e disciplinarizador dessa arma delicadíssima, em torno da qual o Estado necessita manter a mais vigilante assistência e a mais severa fiscalização e controle da radiodifusão em nossa terra. Essa necessidade de dependência direta e imediata do rádio ao Estado, é plenamente justificada pela natureza do poder e da função desse maravilhoso instrumento formador da consciência cívica e da opinião pública, hoje supervisionados pelo próprio Estado, em prol do engrandecimento e prosperidade da Nação.

Para bem compreendermos o auxílio decisivo que o rádio presta à evolução social, cumpre frisar, primeiramente, o fenômeno estupendo da irradiação da palavra falada, que não conhece fronteiras nem distâncias. Atingindo pontos dificilmente acessíveis aos meios ordinários de comunicação, possibilita um intercâmbio e uma aproximação constantes entre todos os brasileiros, permite que a energia estuante

das metrópoles invade os sertões, fazendo nascer dentro dessas remotas regiões o louvável desejo de crescer, de subir, de evoluir e ocupar postos destacados nos seios da comunhão nacional.

Não menos importante é ainda o rádio, quando considerado do ponto de vista da consolidação dos liames que formam a estrutura social e moral da Pátria. Porque, propagando pelos interesses primordiais da nacionalidade, propaga e incentiva o culto da nossa arte, reverencia às nossas mais sagradas tradições e enaltece a vida e a obra dos nossos grandes homens, mostrando, enfim, 'o Brasil dos brasileiros', o Brasil que se agiganta e se forma na sua pujança, para manter o lugar proeminente no quadro das nações civilizadas no planeta, conquistada pelos labores dos grandes vultos da nossa história, que deram os melhores exemplos de patriotismo, de trabalho e de fé no futuro da nossa terra.

(...)

Reconhecendo o papel relevante do rádio na obra de educação popular, o Governo Brasileiro instituiu a 'Hora do Brasil', que é diária e simultaneamente retransmitida por todas as emissoras patrias. Com essa iniciativa, além do que já se faz no sentido da tarefa nacionalista pelas próprias emissoras, a radiodifusão passou a servir com mais eficiência, aos superiores motivos de unificação do pensamento (grifo nosso), cooperando de modo benéfico e eficaz para manter um intercâmbio útil e patriótico entre populações dis-

seminadas no território nacional, levando-lhes a vibração do mais alto amor ao Brasil.

'A Hora do Brasil', cuja organização está confiada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, é uma sùmula metódica das atividades construtivas da Nação, conservando bem viva a chama do patriotismo, no culto prestado aos nossos melhores e maiores valores, rememorando sempre as grandes efemérides que assinalam os feitos grandiosos e apresentando ao grande público os nossos maiores artistas".(1)

Com efeito, a importância que ganha o rádio é tão grande, que posteriormente haverá a compra da legendária Rádio Nacional. Entretanto, o aparato de propaganda utilizado pelo DIP não irá concentrar-se apenas neste meio de comunicação. Através de levantamento feito na própria revista Cultura e Política em 1942, J.S. Faro(2) refere-se ao DIP(3) como responsável por:

(1) SILVEIRA, Dêcio Pacheco. A ordem política e a evolução artística. Cultura e política. Rio de Janeiro. 1(1) março, 1941.

(2) FARO, J.S. A comunicação populista no Brasil: o DIP e a SECOM. In: MELLO, José Marques de. (Coord.) Populismo e comunicação.

(3) Antes do DIP, o Governo Provisório havia criado o Departamento Oficial de Propaganda(1931), depois o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural(1934), para finalmente ser criado o DIP em 27 de dezembro de 1939. O DIP ainda contará com os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, subordinados à direção nacional.

- 60% das matérias publicadas em jornais;
- influência sobre quase dois mil jornais eram atingidos pelo órgão;
- censura ao teatro, cinema, radiodifusão e imprensa;
- organização e patrocínio de festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística;
- distribuição de mais de 12 mil folhas mimeografadas por semana;
- na Agência Nacional: vários programas diários e duas publicações: o Jornal dos Mares - destinado a navios estrangeiros - e o Boletim de informações, editado em 4 línguas;
- o boletim BRASIL DE HOJE, de ONTEM E DE AMANHÃ, reproduzido nos jornais de quase todo o país;
- Serviço de Edições e Revisão Geral que de 1940 a 42 editou mais de 300 trabalhos - em seis idiomas - sobre temas nacionais;
- conferências, sessões literárias, cívicas e patrióticas, congressos e cursos onde eram discutidos discursos de Getúlio Vargas;
- Cine- Jornal Brasileiro, exibido em todos os cinemas do Brasil (de 1940 a 42 foram produzidos 174 filmes e 868 reportagens).

Se através da propaganda se incentiva o caminho da Marcha para o Oeste, é também através da propaganda que se veicula o sentimento que deve impulsionar o crescimento da Jornada Cívica. O nacionalismo - ou a brasilidade - é o componente utilizado no discurso, escondido sob a criação da existência de um inimigo oculto - para exaltar o ponto cí-

vico do empreendimento. O fato de Getúlio Vargas atentar para a imagem de "que nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é sangue e carne de seu corpo" coloca imediatamente em evidência que, se não cumprida a tarefa de colonização do "hinterland" por nós brasileiros, haverá risco de agentes estranhos tomarem para si esta parte do corpo nacional.

Tal preocupação, num primeiro momento, advém da própria imagem construída da terra dos bandeirantes. Constituído de uma região imensa e esparsamente povoada, o Oeste estaria à mercê de qualquer invasão inimiga.

Nelson Werneck Sodré, em publicação de 1941(1), faz um apanhado dos municípios Matogrossenses e de sua densidade demográfica:

(1) SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		
	Absoluta	RELATIVA	
		Por Km ²	%
Aquidauama.....	15.030	1.2	4.02
Araguaina.....	3.787	0.03	1.01
Bela Vista.....	12.890	1.3	3.45
Campo Grande.....	29.890	0.8	8.00
Corumbá.....	27.898	0.3	7.47
Coxim.....	12.553	0.3	3.36
Cuiabá.....	47.819	0.2	12.80
Diamantino.....	5.845	0.05	1.56
Dourados.....	14.081	1.0	3.77
Entre Rios.....	10.000	0.5	2.68
Guajarã-Mirim.....	8.535	0.1	2.29
Livramento.....	10.399	2.	2.78
Maracaju.....	8.400	1.1	2.25
Mato Grosso.....	1.845	0.01	0.49
Miranda.....	10.430	0.5	2.79
Nioaque.....	5.600	0.7	1.50
Poconé.....	10.842	0.5	2.90
Ponta Porã.....	25.940	0.9	6.83
Porto Murtinho.....	5.485	1.3	1.47
Rosário Oeste.....	12.543	0.5	3.36
Santana do Paranaíba.....	15.000	0.6	4.02
Santa Rita do Araguaia.....	15.188	0.4	4.07
Santo Antonio do Rio Abaixo..	20.975	1.2	5.62
Santo Antonio do Rio Madeira.	13.800	0.06	3.69
São Luiz de Cáceres.....	15.306	0.4	4.10
Três Lagoas.....	13.883	0.3	3.72
TOTAL	373.514		100.00

ÁREAS DOS MUNICÍPIOS	
Aquidauama.....	12.500 km ²
Araguaina.....	140.590
Bela Vista.....	10.000
Campo Grande.....	35.500
Corumbã.....	87.000
Coxim.....	44.000
Cuiabã.....	215.600
Diamantino.....	113.200
Dourados.....	14.687
Entre Rios.....	19.500
Guajará-Mirim.....	71.870
Livramento.....	6.875
Maracajú.....	7.800
Mato Grosso.....	183.500
Miranda.....	20.000
Nioaque.....	7.825
Poccné.....	20.127
Ponta Porã.....	27.812
Porto Murtinho.....	4.375
Rosári Oeste.....	24.375
Santana do Paranaíba.....	27.500
Santa Rita do Araguaia.....	36.250
Santo Antônio do Rio Abaixo.....	18.125
São Luiz de Cáceres.....	35.000
Santo Antônio do Rio Madeira.....	244.630
Três Lagoas.....	48.500
TOTAL	1.477.041

No que se refere a Goiás, o IBGE fornece, por zona fisiográfica, os dados referentes à densidade demográfica, como pode ser observado a seguir:

ZONA FISIOGRÁFICA	SUPERFÍCIE Km ²	POPULAÇÃO DE FATO (hab)	DENSIDADE (hab.km ²)	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO ESTADO	
				SUPERFÍCIE	POPULAÇÃO
Norte	358.839	216.358	0.60	54.28	26.18
Planalto	68.966	146.381	2.12	10.43	17.71
Centro	110.968	197.644	1.78	16.78	23.92
Sul	45.114	192.474	4.27	6.82	23.29
Sudoeste	77.253	73.557	0.95	11.69	8.90
Estado	661.140	826.414	1.25	100.00	100.00

Superfície, população de fato e densidade da população segundo as zonas fisiográficas, I-IX-1940.

Fonte: S.N.R. - Análise do Censo Demográfico nº 354 - População de fato e de direito do Estado de Goiás (mimeo), 1946.

A imensidão da região, motivo de orgulho nacional por um lado - pelas riquezas que ela é capaz de auferir -, torna-se motivo de apreensão por outro, na medida mesma em que se apresenta e se constrói um inimigo, possível invasor estrangeiro, agente externo que poderá vir a desfazer a unidade territorial brasileira, base física da unidade política. O sentido da colonização - ligado à brasilidade - é entendido como o dever de colonizar as áreas a fim de preveni-las contra o invasor - ou suposto invasor.

O apelo sentimental elaborado tem em algumas figuras seu elemento de concretização como inimigos: primeiro, todos os países limítrofes com o Brasil nas regiões de escassa população; segundo, os "judeu-errantes" (sic); terceiro, a cobiça do capital estrangeiro e quarto, a apatia e a pobreza. (1)

Todos os países vizinhos do Brasil são considerados inimigos em potencial pois, no que se refere às fronteiras, com sua não ocupação, esses países estariam propensos a invadir o país em busca de suas riquezas. Alguns exemplos são bem esclarecedores. O Paraguai, a Bolívia, a Colômbia, a Venezuela, a Argentina, as antigas Guianas Francesas, Holandesa e Inglesa estariam arroladas como engendradoras desse perigo eminente.

(1) Claude Lefort, referindo-se mais especificamente à União Soviética e relacionando-a com o totalitarismo, faz as seguintes observações a respeito da construção de inimigos: "Compreendemos, assim, que a constituição de um povo-Uno exige a produção incessante de inimigos. Não apenas é necessário converter fantásticamente adversários reais do regime ou opositores reais em figuras do Outro maléfico, é preciso inventá-los. Entretanto, não nos detenhamos apenas nessa interpretação. As campanhas de exclusão, de perseguição, o Terror durante toda uma época, põem em evidência uma imagem nova de corpo social. O inimigo do povo é considerado como um parasita ou um dejetos a eliminar. (...) A perseguição dos inimigos do povo é exercida em nome de um ideal de profilaxia social e isso desde os tempos de Lenin. O que está em causa é sempre a integridade do corpo. Tudo se passa como se o corpo devesse fechar-se novamente sobre si mesmo subtraindo-se ao fora, exorcizando a ameaça de um arrombamento que a intrusão de elementos estranhos os faz pesar sobre ele. (...) A campanha contra o inimigo é febril: a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal a combater".

(1a) LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. p. 113.

A Revista Estudos Brasileiros, Órgão do Instituto de Estudos Brasileiros, publica a conferência e os debates realizados em torno da "Nacionalização e Colonização das Fronteiras", onde várias dessas questões são explicitadas. Nela, referindo-se à Bolívia, diz-se que as "penetrações são constantes e contrastam com a passividade de nossas autoridades locais. Os penetradores vão desde a violência policial das 'Comissões' à cobrança de impostos do lado de cá. Essas diligências, sem dúvida alguma absurda, são facilitadas pelo grande número de fazendeiros bolivianos aboletados ilegalmente no desenrolar da fronteira e que colaboram com os agentes de seu país". (1)

A desnacionalização é vista de maneira mais acirrada ainda por Werneck Sodré, quando aponta o perigo da penetração descontrolada de paraguaios. Segundo ele, o guarani ficou sendo a língua predominante "na região compreendida entre o vale do Paranã, o do Paraguai, a fronteira da república desse nome a linha férrea da Noroeste do Brasil". (2)

Outros exemplos e denúncias de avanço de populações estrangeiras sobre o território nacional são freqüentes, por isso a construção corriqueira do dever bandeirante do século XX para assegurar aquilo que "é Nosso".

(1) PAULO, M.Filho. Nacionalização e colonização das fronteiras. Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro. 1(2):3-8 set/out., 1938.

(2) SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit., p. 191.

A cobiça do capital estrangeiro, diferente desta penetração quase espontânea advinda do movimento migratório dos países vizinhos, é um dos elementos de maior peso para dar credibilidade à construção do inimigo. É o próprio Conselho de Segurança Nacional quem analisa e quem fornece os dados sobre a concentração de terras nas áreas de fronteira (especificamente no Mato Grosso, parte sul):

"Os que possuem terras não chegam a 1% da população. Tendo cada fazendeiro consigo uma média de quatro pessoas (mulher e filhos), segue-se daí que dez mil estão radicadas ao solo, fixas, muito embora verdadeiramente ilhadas, uma vez que estão comprimidas dentro de elos formados por empresas latifundiárias". (1)

Os dados colhidos e apresentados pelo Conselho de Segurança sobre as extensões de terra de propriedade estrangeira são utilizados para demonstrar a veracidade do perigo. De maneira a impressionar, são mostrados os seguintes números:

(1) PAULO, M. Filho. Op.cit. p. 6.

CONCESSÕES ESTRANGEIRAS

BRASIL LAND CATTLE PACKING COMPANY	HECTARES
No município de Cáceres.....	881.053
No município de Corumbã.....	1000.000
No município de Três Lagoas.....	800.000
No município de Campo Grande.....	200.000
The Brazilian Meat Company	
No município de Três Lagoas.....	311.010
No município de Aquidauama.....	5.000
Fomento Argentino Sul Americano	
No município de Porto Murtinho.....	726.077
Fazenda Francesa	
No município de Miranda.....	242.456
No município de Corumbã.....	172.352
The Miranda Estancia Company	
No município de Miranda.....	219.506
The Agua Limpa Sindicato	
No município de Três Lagoas.....	180.000
Sul América Belge S.A.	
No município de Corumbã.....	177.060
Sociedade Anônima Barranco Branco	
No município de Corumbã.....	549.159

Fonte: Nelson Werneck Sodré, op.cit. e
Revista Estudos Brasileiros.

pp.174-176

A outra figura utilizada que concretiza o perigo da desnacionalização é a do judeu-errante: para o pensamento totalitário, figura impregnada de anti-semitismo e da necessidade de uma nova construção étnica. Os judeus-errantes do hinterland são as multidões de aventureiros sem noção alguma de Pátria, sem o espírito de nacionalidade. São párias, ervateiros, peões e assalariados, "gente recrutada em toda parte a troco de miseráveis retribuições", são, em resumo, uns sem trabalho, "condenados à existência de aventuras", (1) gente de todas as origens, sem história, "impulsionada pela fuga à autoridade" (2) e que traz em si o "adensamento da população por imigração não fiscalizada", acarretando "uma miscigenação contraditória que, longe de convergir para a formação de um tipo, ainda que essa convergência possa levar muito tempo, diverge em formações dispersivas". (3)

Finalmente, a apatia e a pobreza do homem do campo - o jeca - constituem-se como o último inimigo a ser atacado. Entenda-se, é claro, que o jeca não representa em si o inimigo, mas à medida que ele é o portador da apatia, deixa de ser um homem socialmente integrado; é despreparado para contribuir para o fortalecimento da Nação. "Sem saúde, sem instrução, sem trabalho, sem energia para produzir, sem riqueza, em resumo, os habitantes das regiões por onde passam as linhas divisórias com as terras estrangeiras são elementos de fraca resistência. Acabam anulados ou absorvidos". (4) As-

(1) PAULO, M. Filho. Op.cit., p. 3.

(2) SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit., p. 12.

(3) SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit., p. 185.

(4) PAULO, M. Filho. Op.cit., p. 8.

sim, em toda a parte "a penúria, o baixo padrão de existência: poder aquisitivo quase nulo, horizontes fechados, ignorância, alimentação escassa e mal escolhida, mortalidade infantil com índices alarmantes, crescimento demográfico lento(...) ausência de ambições, impossibilidade de melhorias, tudo contribuindo para o rebaixamento enorme de uma coletividade".(1) É a figura de uma parte do país passível de ser tomada a qualquer tempo, se o dever de brasilidade da Marcha para o Oeste não for concluído.

Este dever de brasilidade que evoca Getúlio no discurso para a campanha de ocupação do "hinterland" está à medida que a conformação do uno encerra a criação de inimigos - associando o empreendimento à esfera da segurança nacional. Os reflexos, como veremos mais adiante, serão notados na própria legislação de colonização do Estado, mas a preocupação do Conselho de Segurança Nacional, formando Comissão de Estudos para apresentar soluções para o problema, dá mais veracidade aparente à importância da Marcha.(2)

Através da criação do mito e de sua disseminação a nível de toda a sociedade, o nacionalismo cria o seu

(1) SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit., p. 182.

(2) Em debate por ocasião da palestra sobre a "Nacionalização e Colonização das Fronteiras", o General Francisco José Pinto, secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, diz que a Comissão de Estudos criada para atacar o problema possui vários projetos; entre eles o de criação de Territórios Federais e Colônias Militares na faixa das Fronteiras.

efeito de verdade. Este fortifica-se através, e principalmente, do aparato de propaganda, onde submete a população a uma constante incitação política e econômica. Se a união faz as vezes do sentimento de congraçamento universal para se atingir determinados fins, a criação do "hinterland" como o ELDO-RADO - ou o paraíso - resgata o incitamento econômico.

A promessa de uma "palestina" - o lugar paradisíaco - para a população depauperada dos campos e das cidades possui um forte apelo. O caráter dado à interlândia, como terra prometida, preenche o vazio das expectativas de um povo que sofreu a diáspora. A massa nordestina de flagelados, os sem-trabalho, a todos que se encontram desenraizados, o Estado fornece a promessa de uma "civilização" a ser construída. O vir a ser do Eldorado traz consigo a representação que atende aos anseios dos que não possuem lugar e que agora poderão colher o manã. Quando Getúlio Vargas pronuncia-se a respeito da criação das colonias agrícolas, por exemplo, explora e exprime bem esta imagem:

"Quando em tempo remoto, de conquista de descobertas, o primeiro desbravador desceu, assombrado, o rio caudaloso, criou a lenda maravilhosa que lhe deu o nome. Nas suas margens, localizou o Eldorado e o Reino fantástico das Amazonas. Nessas épocas de aventuras heróicas, o Eldorado não foi atingido e as Amazonas desapareceram. Permanece, no entanto, o prestígio da lenda, como antecipação da realidade.

Sentimos, talvez, persistência do espírito gerador da ficção, que o Eldorado nesta prodigosa região do globo, ainda

oculta. Os brasileiros, com esforço contínuo e labor disciplinado, hão-de descobri-lo. A era do ouro prometido surgirá - fruto de riqueza, amadurecido pelo trabalho. E, pela caudal impetuosa, onde Orellana combateu as Amazonas, descirão os tesouros da agricultura e da indústria, para abastecer os mercados do mundo".(1)

A intenção sempre repetida pelos homens do Estado Novo de fazer com que as fronteiras políticas coincidam com as fronteiras econômicas tem como pressuposto a representação da unidade nacional. Tomando como base o recorte geográfico, a imagem projetada é a de que o Brasil deve se coincidir política e economicamente. A fixação dos contingentes populacionais, neste caso, está fadada a atingir o sucesso se passível de promover a integração econômica ao mercado (por isso, os critérios de avaliação dos núcleos de colonização partem sempre da eficácia do trabalho e da quantidade de mercadorias produzidas e realizadas ou, ainda, da renda auferida). O símbolo da unidade nacional, da coincidência econômica e política, carrega sempre, por sua vez, o elemento chave que tudo fará possível: a entrega ao trabalho.

.....

O HOMEM QUE AMA E QUE CHAMA

"Nas multidões, quanto nas famílias, todos nós queremos ser iguais. Há, por isso, necessidade de um chefe e do domínio deste sobre o grupo. O mesmo princípio pode-se aplicar a um povo.

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política no Brasil. v. 2. p. 184.

O chefe encaminha o seu povo, preservando-o da dissolução e evitando modificações na sua estrutura.

Do amor a este chefe derivam todas as exigências e objetivos do indivíduo. O chefe, por sua vez, seria o pai, que ama igualmente a todos os seus. E a Pátria, a mãe comum.

Eis aí o laço libidinal existente na massa, cujo rompimento determina as convulsões, as rebeliões, as revoluções.

(...)

Manter, portanto, sempre o equilíbrio afetivo, ou, psicanaliticamente, os laços da 'libido' do seu povo, em relação à sua pessoa, é toda a tarefa básica dos grandes chefes de Estado".(1)

Getúlio Vargas, não só como presidente mas como criação de uma entidade mitológica distinta no ideário totalitário brasileiro - o chefe - é o principal elemento de influência e de propagação no incitamento da Marcha para o Oeste. O Estado Novo estaria lacunarmente esboçado se a figura do "ditador benevolente" (sic) não fosse apresentada no interior da estratégia de dominação. Ele é o líder que orienta a caminhada dos novos bandeirantes, não mais o caçador de esmeraldas, mas a nova figura idealizada do formador de uma nação. A criação, na figura do chefe de Estado, de um ente todo poderoso que passa a ser confundido com toda a sociedade é o símbolo mais forte de união nacional. É, segundo Lefort, "uma

(1) SILVA, Gastão Pereira da. Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões. p. 13-16.

figura que assegura à sociedade uma identidade, seus contornos, sua homogeneidade". (1)

A literatura produzida durante o Estado Novo para exaltar a figura de Vargas é extremamente vasta. Livros como o de Gastão Pereira da Silva são comuns. O DIP, naturalmente, encarrega-se, durante todo o período, de reproduzir, fixar e popularizar a imagem de Vargas.

As manifestações populares, mesmo aquelas que não contam com sua presença momentânea, exibem - como bem o demonstram os filmes do Departamento de Imprensa e Propaganda - foto gigantescas do Presidente; e os oradores, quando não falam em nome de Getúlio, inspiram-se em sua imagem. Francisco Campos - ao desenvolver sobre a importância da figura do Chefe (2) - diz que "as massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político da massa é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes que escolha. (...) Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático, ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa (grifo nosso) ao caos de angústia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações coletivas".

(1) LEFORT, Claude. Op.cit. 105.

(2) CAMPOS, Francisco. Op.cit., p. 16-17.

O caminho seguido de utilizar tonalidades de construção científica dá, ao discurso de Campos, para o conjunto do ideário apresentado, a conotação de verdade. Com o uso de uma construção pretensamente científica, a fala ganha uma força capaz de transformar-se em discurso da verdade, i. e., incontestável, sem espaço para qualquer contestação. A presença, a criação, ou a escolha de um chefe carismático e ditatorial passa a ser - no discurso - tão necessária para a manutenção do complexo convívio social moderno, quanto o fato de o homem precisar alimentar-se para existir.

É outro intelectual importante do período, entretanto, quem dará de público uma análise "mais profunda" e demorada da figura e da importância do novo estadista. Em 1941, Azevedo Amaral publicava seu livro *Getúlio Vargas, Estadista*. (1) Fiel à mítica da violência que ganha corpo no Estado Novo (2), Azevedo Amaral diz que Getúlio Vargas aparece justamente por atravessarmos um período de mutação, pois seriam estes os períodos - ao contrário dos períodos de paz - onde aparecem as grandes personalidades, ou homens superiores, que trocam - como está acontecendo em vários países (sic) - "o caduco pelo novo". (3)

(1) AMARAL, Azevedo. Getúlio Vargas: Estadista.

(2) Crê-se que o uso da violência é o meio eficaz como instrumento de decisão política. Através dela, a autoridade executiva pode evitar os conflitos inerentes à sociedade de massas.

(3) AMARAL, Azevedo. Op.cit. p. 16-24.

Em comum acordo com as colocações feitas por Campos a respeito das necessidades de um homem que seja o expoente inconfundível do espírito da brasilidade(1), Amaral torna mais compreensível a atuação do líder, quando diz que "somente têm êxito em tais circunstâncias os estadistas em que a vontade de domínio se apura e se sublima nas qualidades de delicadeza moral e benignidade de sentimento, que longe de atenuar a força executiva, a multiplicam e a tornam invencível. É aquela doçura dos verdadeiros condutores dos homens, de que certamente pensava Nietzsche, ao dizer que o mundo era governado pelos pensamentos que caminham com patas aveludadas (...) com a delicadeza sutil nas aplicações de força".(2)

Esse novo tipo de líder, para Azevedo Amaral, não é e não poderia ser um homem qualquer. Ele possui qualida

(1) AMARAL, Azevedo. Op.cit. p. 37.

(2) Quando se fala em Getúlio Vargas, são inúmeras as referências ao seu humor ou à maneira cordial de tratamento do presidente. Levine, por exemplo - no livro O Regime de Vargas - chama a atenção para o fato de Getúlio frequentemente receber visitas vestindo pijamas. A maneira pela qual Vargas se divertia com as caricaturas e brincadeiras que faziam com ele - fato ressaltado por Skidmore em De Getúlio a Castelo - também corrobora esta imagem. O livro de sua filha, Alzira Vargas (Getúlio Vargas, meu pai) reproduz claramente a visão de um homem sensível, gentil e tolerante. O seu título de "PAI DOS POBRES" talvez seja a glorificação última desta imagem, mas sem dúvida VARGAS, O MAQUIAVÉLICO (como o subtítulo do livro de Afonso Henriques), tenta levantar o aspecto inverso desta benignidade amplamente disseminada.

des superiores(1), diferente do padrão médio, e mais do que isto, além da arte política de governar (implícito o entendimento do mundo moderno de que, para se viver em sociedade, um grupo de homens deve comandar e o restante obedecer), o líder apresenta condições biopsíquicas e intrínsecas superiores como indivíduo (sic):

"A política, sendo muitíssimo mais uma arte, cuja aquisição depende de condições biopsíquicas e intrínsecas e a ele conferidas através de complexo processo de transmissão de caracteres hereditários (...) depende evidentemente de traços não só psicológicos peculiares, como de fatores de natureza física".(2)

(1) "O rei-filósofo - a solução de Platão -, cuja sabedoria resolve os dilemas da ação como se fossem problemas de cognição solucionáveis, é apenas uma - e de modo algum a menos tirânica - variedade de governo de um só homem. O mal dessas formas de governo não é tanto sua crueldade, pois muitas vezes não são cruéis, mas o fato de que funcionam excessivamente bem. Um tirano que conheça o seu ofício pode perfeitamente ser "bondoso e indulgente em tudo"(...) Mas todas (as formas de governo) têm em comum o banimento dos cidadãos da esfera pública e a insistência em que devem dedicar-se aos seus assuntos privados, enquanto só 'o soberano' deve cuidar dos negócios 'públicos'". In: Arendt, Hanna. A condição humana, p. 233-234.

(2) AMARAL, Azevedo. Op.cit., p. 49-52.

É destas condições biopsíquicas que advém o espírito da ordem. (1) Também chamado de sentido de coordenação hierárquica - o instinto da ordem provém - sempre para Azevedo Amaral - de uma "natureza inequivocamente fisiológica", que dá a esses novos gênios "dotados de capacidade intelectual super-normal" o talento de aproveitar "a concomitância dessas aptidões superiores do espírito com o desenvolvimento igualmente super-normal do instinto da ordem" (2), para realizar com a sua força, simultaneamente destruidora e criadora - procedente de "uma irradiação que se diria de origem cósmica" -, uma expressão transcendental de energias sobre-humanas. Desta conjunção de qualidades, o instinto "divinatório do gênio para conhecer a sua hora" (3), que para Azevedo Amaral, consiste justamente em, como estadista e homem superior, instintivamente, como maiores condutores dos povos, "perceber desde a remota antiguidade o extraordinário valor dos mitos, como força propulsora das multidões (...) (pois) é realmente impossível mobilizar para a realização de qualquer projeto po

(1) Para Amaral, os comunistas não dispõem deste instinto da ordem, condição sine qua non de qualquer espírito empreendedor. A razão pela qual não têm este espírito estaria evidenciado no fato de não guardarem a hierarquia nem o princípio da autoridade e de pregarem uma igualdade absurda.

(2) AMARAL, Azevedo. Op.cit., p. 85-86.

(3) AMARAL, Azevedo. Op.cit., p. 98-99.

lítico a força inconsciente das massas, sem criar no espírito nebuloso delas as reações provocadas pela influência estimulante de um mito. Daí decorre a necessidade, que se tem apresentado a todos os reformadores e renovadores das nações, de fazer de um mito bem focalizado no espírito popular de sua época a base de sua obra de transformação nacional e o ponto de partida para mutações históricas. (1)

O mito do nacionalismo caminhará, neste caso, lado a lado com um outro grande mito: o do gênio estadista, os do pai da nação. A figura de Getúlio deverá concretizar, por suas características especiais os desígnios do país. Apresentado como o homem que possui a identidade de ser brasileiro, ele servirá de exemplo, de princípio condutor para o homem comum, carente desta identidade. O gênio e o nacionalismo servirão para a tarefa maior de legitimar a prática social e encaminhar a sociedade rumo ao sonho da nação do "avenir".

As comemorações cívicas promovidas pelo Estado Novo fornecem bem a mostra de como se incentivou a existência do mito do estadista, e como o chefe de estado vai ser, bem a propósito do que Francisco Campos e Azevedo Amaral colocam, a tentativa de integração política das massas com o Estado/Nação.

O Primeiro de Maio, por exemplo, data que comemora o dia do trabalhador para guardar na memória o massacre de Chicago, é, de maneira soberba, reelaborada pelo Estado Novo. O Primeiro de Maio passa a ser comemorado agora como um dia de homenagens do trabalhador brasileiro ao presidente

(1) AMARAL, Azevedo. Op.cit., p. 107.

da república. O jornal "O Estado de Mato Grosso", em sua edição de 19 de abril de 1940 - significativamente o dia do aniversário de Getúlio Vargas - publica, sob o título de "Festa do Trabalho", a seguinte nota:

"Realizar-se-á, nesta capital, como já noticiamos, no próximo dia 1º de maio, data consagrada universalmente à comemoração do Trabalho, uma grande manifestação trabalhista.

Para coordenar medidas e assentar pro violências relacionadas com a organização desta festa, efetuou-se ontem, às 20 horas, na Inspetoria Regional do Trabalho, convocada pelo Inspetor Álvaro Duarte, uma reunião em que tomarão parte os Presidentes dos Sindicatos de Classe desta capital e representantes do Centro Operário e várias outras entidades.

Foi assentado um programa que publicaremos oportunamente.

Operários de Cuiabá:

Concorrei com vossas famílias, para que se revista de brilhantismo a grande manifestação trabalhista que, o 1º de maio próximo, nesta Capital, será levado a efeito em honra do Presidente Getúlio Vargas, o grande amigo do trabalhador, a quem se devem estes benefícios: (grifo nosso)

- 8 horas de trabalho
- pagamento suplementar de horas excedentes
- férias remuneradas
- estabilidade no emprego

- nacionalização do trabalho
- concessões coletivas de trabalho
- Juntas de Conciliação
- regulamentação do trabalho das mulhe-
res e crianças
- reforma da lei de acidentes no traba-
lho
- oficialização dos sindicatos de clas-
se
- Instituto e Caixa de Aposentadorias e
Pensões
- casas para operários
- instituição dos salários mínimos
- condições de trabalho nas empresas
- organização da Justiça do Trabalho(1)

Ainda para ressaltar a imagem de como devia -
e foi - transformado o sentido do dia primeiro de maio, a
Agência Nacional distribuiu, em 26 de abril de 1940, maté-
ria sobre uma entrevista dada pelo Ministro do Trabalho, Wal-
demar Falcão, cuja conclusão é a seguinte:

"Finalmente o Ministro proclamou: Visam
os 1º de Maio, pôr em comunhão o traba-
lhador brasileiro, definir e acentuar a
ordem política e a harmonia social que
o Chefe da Nação soube implantar no Bra-
sil para o presente e para o futuro. Gra-
ças a ele as festas de 1º de Maio perde-
ram aquele antigo aspecto de ameaça de
luta de que revestiam-se para transfor-
marem-se em comemorações pacificamente de
conquistas". (2)

-
- (1) FESTA do trabalho. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 19
de abril de 1940. v. 1. nº 185 p. 4.
- (2) FALCÃO, Waldemar. Política de colaboração. O Estado de
Mato Grosso. Cuiabá, 27 abril 1940. v. 1 nº 191. p. 4.

Além da evidente despolitização da data e da negação implícita de que existisse a incompatibilidade entre capital e trabalho, as assim chamadas conquistas dos trabalhadores também passam a ser manipuladas no discurso político como se provenientes da dádiva presidencial e, portanto, necessariamente motivo de agradecimentos e homenagens personalizadas.

A comemoração do aniversário de Getúlio Vargas também é transformada. Agora, no dia do nascimento do líder, o país passa a ter mais uma data de comemoração nacional. As manifestações são de tamanho vulto que transparece um certo motivo de reconhecimento pela "dádiva divina" (sic) obtida pela Nação por ter nascido em solo pátrio (outra expressão bem a gosto dos autoritários) este novo gênio estadista.

Reproduzimos aqui partes de um discurso feito em Cuiabá pelo prefeito da cidade em 19 de abril de 1940, quando houve um desfile escolar em homenagem a Vargas:

"A data grandiosa que hoje decorre no meio do mais justo regozijo da nação inteira, pertence indubitavelmente ao número dessas que, pela sua alta significação, conseguiram radicar-se no coração do povo brasileiro, avassalando-o do mais vivo contentamento e do mais justificado entusiasmo.

(...)

Manda a justiça que se diga de início, que as alegrias que se irradiam (n)esta efeméride gloriosa, contaminando todos os recantos da nossa cara e altiva Pátria, não são, absolutamente, filhas da subserviência do povo ao depositário mã

ximo do Poder.

(...)

Não vos enfastiareis com a enumeração aqui dessa vastíssima seqüência de serviços de alta relevância prestados ao país por esse homem gênio, para quem os brasileiros olham hoje como o construtor máximo de nossa grandeza e de nossa felicidade". (1)

Acerca da mesma comemoração, diz um artigo do jornal "O Estado de Mato Grosso":

"Transcorrendo, amanhã, o aniversário do Presidente Getúlio Vargas, vai a nossa Capital associar-se às homenagens que, em todo o Brasil, serão tributadas ao eminente Chefe da Nação.

Assim, integrada no júbilo nacional pelo motivo da passagem dessa efeméride, vai Cuiabá dar uma nota festiva que traduz o contentamento da sua população pelo motivo da passagem do natalício do guia dos brasileiros. (grifo nosso)

Em colaboração com o Governo do Estado, organiza o Governador da Capital um programa de homenagens ao primeiro magistrado da Nação, para o dia de amanhã. Assim, está prevista, de acordo com o que o Sr. Interventor Federal assentou ontem com o Sr. Prefeito da Capital, a realização, às 9 horas, de um grande desfi

(1) PÓVOAS, Isac. Discurso proferido em Cuiabá em 19 de abril de 1940. In: O desfile escolar em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 20 abril 1940. v. 1 nº 186 p. 1.

le escolar, em homenagem ao Chefe do Governo Nacional, a que assistirão as autoridades das sacadas do palácio do Governo. Daí, falará ao povo, concentrado na Praça Alencastro, e às crianças das nossas escolas, o Prefeito Isác Póvoas, que traduzirá o contentamento de nossa população pelo transcurso da data efeméride. Ao mesmo tempo, no Jardim da Praça Alencastro, realizar-se-á uma retreta, pelas nossas bandas militares".

No artigo seguinte, chama a atenção o endosso da população às festividades, como no caso da presença dos sindicatos. Estabelece-se o vínculo de solidariedade entre o chefe e os comandados. O reconhecimento maior, no caso, à figura de Getúlio é a legendária legislação trabalhista brasileira:

"O Operariado do Brasil e o Aniversário do Chefe da Nação.

O Ministro do Trabalho, segundo o nosso serviço da Agência Nacional, dirigiu, na data de ontem, a todos os Inspectores Regionais do Trabalho, nos Estados, o seguinte telegrama circular:

Tendo numerosos sindicatos tomado a iniciativa de homenagear o Presidente Getúlio Vargas, no dia de seu aniversário natalício, que passará depois de amanhã, idéia esta que mereceu todos os louvores deste Ministério, comunico-vos que serão remetidos nesta data vários exemplares de resumos bibliográficos do Chefe da Nação, os quais poderão ser lidos, aí, durante as solenidades a serem realizadas, que interessarão vivamente os trabalhadores nacionais porque assinalam justamente a benéfica atuação do Presidente da República no to-

cante à legislação brasileira". (1)

Além dessas manifestações, o mesmo "O Estado de Mato Grosso" acusa e publica o recebimento feito pelo Ins-
petor Federal do estado de 20 telegramas dando conta da realiza-
ção de festividades cívicas, em 20 diferentes municípios, come-
morando o aniversário de Getúlio.

O DIP, que sem dúvida se apresenta como o
principal veiculador nacional do mito do estadista, corrobora
a imagem de Vargas. O documentário produzido pelo Departamento
em 1942 - também quando das comemorações do aniversário de
Getúlio - tenta resgatar não só o sentido de identificação
que o líder dará em relação à massa e ao Estado/Nação, mas a
recuperação da Nação unida, como um todo, através deste aconte-
cimento. A imagem de Getúlio coincide com a do chefe supremo,
o homem que integrou o país. Ele espelha a vontade nacional,
sua figura representa o Brasil, o Estado/Nação finalmente cons-
tituído.

O Brasil inteiro se mobiliza para prestar suas
homenagens ao presidente. No filme do DIP, marcham trabalhado-
res, atletas, crianças, escoteiros. (2) Há a realização de uma
missa campal no Rio de Janeiro, palestras e a organização Ju-
ventude Nacional - cujo dia de criação "coincidentemente" foi
um 19 de abril - presta, sempre marchando, suas homenagens.

A ABI se confraterniza, há várias cerimônias. É
interessante notar, entretanto, que nessas cerimônias documen-

(1) O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 18 abril 1940. v. 1 nº
184 p. 2.

(2) Segundo Levine, o escotismo brasileiro era controlado pe-
los integralistas.

tadas no Rio - mesmo aquela oferecida pelas emissoras de rádio, em recinto fechado e em traje de gala - Getúlio não se acha corporalmente presente. Tal qual a um homem de "qualidades superiores, de uma irradiação que se diria cósmica" (sic), quase como se dirigidas a um deus, as homenagens são feitas como se ele lá estivesse. Grandes painéis fotográficos -semelhantes a imagens de santos - fazem as vezes da figura física do homem que, pelo menos em 1940, teria recomendado com anterioridade que nenhuma comemoração especial fosse realizada no dia de seu aniversário.(1)

Não é por acaso, portanto, que ao ser evocado o dever cívico de realizar a MARCHA é em nome de Getúlio Vargas que se o faz.(2) A legitimidade do empreendimento acontece quando sobre o nacionalismo se baseia e sob a figura do chefe supremo se instrumentaliza.

(1) No discurso proferido por Isác Póvoas, para dar a conotação de espontaneidade e júbilo, são feitas as seguintes observações: "Resolveu o grande chefe brasileiro passar momentaneamente a data de hoje entregue às afeições da família, na paz bucólica de uma estância do Araxá, recomendando que nenhuma comemoração especial fosse realizada neste dia. A despeito, porém dessa taxativa recomendação, movimentam-se hoje o país inteiro para dar a esse varão insigne (grifo nosso), de virtudes cheio, o testemunho eloquente da sua estima, admiração e devotamento".

(1a) O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 18 abril 1940. v.1. nº184.p.1.

(2) Cassiano Ricardo, recordando o dever de retomar os bandeirantes para a conquista do oeste tem como argumento final para as razões da empreitada o fato de ser Getúlio Vargas quem diz ser uma necessidade urgente expandir-se no sentido das latitudes.

(2a) RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. Cultura Política. Rio de Janeiro. 1(1):128-132, março, 1941.

Mesmo que a campanha houvesse sido construída tendo por sustentáculo o mito nacionalista e o dever de brasilidade, não haveria tamanho repercussão se o catalizador do "anseio" de ocupar o país como um todo não fosse a figura que tentou fazer-se de sintetizador da brasilidade.

3. BRASIL: DEIXE-O

"A capacidade de saturação da população do Estado de São Paulo, (será o índice talvez mais importante) para julgar-se da oportunidade de construir novos núcleos de povoamento no Planalto".(1)

O fortalecimento político do Estado e o alargamento de sua esfera de influência traz para a sociedade como um todo uma nova estratégia de ação. Referindo-se aos revolucionários (1930) e à industrialização, Edgar de Decca diz que "o Estado intervém na produção sem tocar nos sagrados direitos da propriedade privada, procurando deprimir a todo o custo os conflitos entre capital e trabalho".(2) A nova proposta política traz consigo a ampliação dos recursos de poder a fim de realizar as novas e superiores perspectivas nacionais, bem como, para garantir o bem-estar social e o pleno desenvolvimento econômico, disciplinar a sociedade de ponta a ponta.

Se o aparato de propaganda utilizado para disseminar as novas verdades dará todo um espectro de legitimidade social ao novo projeto político, formas de ação diversas garantirão a prática social.

O aparato repressivo montado, principalmente, pós-35, irá, definitivamente, apontar para a construção de uma

(1) VIANNA, Oliveira. Comunicações e transportes. In: Brasil. Conselho de Imigração e Colonização. Goiás: uma nova fronteira humana.

(2) DE DECCA, Edgar S. 1930: O silêncio dos vencidos. p. 198.

sociedade policial, cujos princípios de vigilância e repressão contribuirão para a transformação "das classes em massas e a concomitante eliminação da solidariedade grupal. (1)

Este aparelho repressivo está também intimamente relacionado com os novos contornos que o mercado de trabalho brasileiro apresenta. O país, como um todo, mostra índices de crescimento populacional extremamente altos, devido não só ao crescimento vegetariano, mas igualmente à massa de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, importada pelo Estado Brasileiro para ser alocada nos cafezais e na nascente indústria brasileira.

Na tabela abaixo podem ser verificados, a partir de 1872, até 1940, os números absolutos e a percentagem de crescimento:

RECENSEAMENTO DE	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO %
01/08/1872	10.112.061	---
31/12/1890	14.333.915	41,75
31/12/1900	17.318.556	20,82
1/09/1920	30.635.605	76,89
1/09/1940	41.236.315	34,60

Fonte: População, separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano VII, 1946, pág. 1.

(1) ARENDT, Hanna. As origens do totalitarismo: totalitarismo, paradoxismo do poder. p. 18.

Em relação à nacionalidade da população, o quadro se apresenta da seguinte forma:

NACIONALIDADE	NÚMERO
Brasileiros	39.822.487
Brasileiros naturalizados	122.735
Estrangeiros	1.283.833
Total	41.229.055

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1946

Nota: Não estão computados 7.260 recenseados em 1940, que não declararam a nacionalidade.

NACIONALIDADE	ESTRANGEIROS PRESENTES
Portugueses	354.311
Italianos	385.124
Espanhóis	147.897
Japoneses	140.693
Alemães	89.038
Sírios	45.786
Poloneses	41.039
Uruguaios	21.744
Outros	158.201
Total	1.283.833

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1946.

A polícia reivindicará para si a tarefa de controlar e disciplinar a multidão que dá novo contorno ao mundo urbano, agravado pela crescente migração interna, fruto da população excedente da grande propriedade agrícola (1) (2) e da grande seca nordestina. Como chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, em relatório, sugere o "Descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob assistência e localização do Estado". (3)

O pavor à multidão que aparece neste relatório de Müller relaciona-se com o perigo que ela apresenta para o engajamento político como o de 1935 (o levante comunista). Respalhada por uma constante vigilância (a rede de informantes da polícia pós-1935 e seu braço secreto - a S-2 - tornam-se cada vez mais presentes na tarefa repressiva e de vigilância), a polícia do Estado Novo terá a incumbência de disciplinar o mercado de trabalho através da caça aos vagabundos e aos comunistas, importantes inimigos construídos pela política oficial do Estado.

A vadiagem, de modo específico, será reprimida. O chavão "Ordem e Trabalho" é o próprio retrato da intolerância aos não adequados à nova disciplina. A lei justifica e legaliza a punição dos sem trabalho, embora esses constituam elemento fundamental para a manutenção do exército industrial

(1) BRESCIANI, Maria Stella M. Comunicação apresentada no simpósio Estado Novo e Amazônia, XXXII Reunião Anual da S.B.P.C. Mimeografado.

(2) VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato.

(3) Idem. p. 149.

de reserva. A visão de perigo frente à existência dessa massa de indivíduos é motivo para o General Meira de Vasconcellos a firmar que "a pletora de desocupados dos grandes centros gera hoje em dia ambiente inquietante" (1) e que a colonização do hinterland dirigida pelo Estado estancará, de um lado, a existência de desocupados, e de "outro barrará a infiltração de ideologias exóticas, dissolventes e estranhas à sociedade brasileira". (2)

Leôncio Basbaum oferece-nos bem a imagem de como o desempregado era visto nos centros urbanos. Diz Basbaum que por volta de 1931 havia cerca de dois milhões de desempregados no país, sendo que, em São Paulo, eles costumavam reunir-se no Largo de São Bento, até que a polícia começou a circular pelo local. Seguindo em sua narrativa, Leôncio diz:

"Os que não conseguiam escapar eram jogados nos tintureiros e, a partir daí, não mais se obtinha notícia deles. Isso aconteceu durante vários dias seguidos até que a praça ficou deserta. Era sem dúvida uma nova forma de acabar com o desemprego: prendendo e deportando os desempregados. Segundo se soube na época, eram jogados na fronteira com o Mato Grosso". (3)

(1) VASCONCELLOS, Meira de. Comentários sobre a conferência de M. Paulo Filho (Nacionalização e colonização das fronteiras) Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro. 1 (2): 29, set./out., 1938.

(2) Idem. p. 22.

(3) BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: 1930-1960. p. 25.

João Alberto, que mais tarde seria o primeiro presidente da Fundação Brasil Central, quando ainda era Chefe de Polícia, segundo testemunho de Maurício de Lacerda, também narrado por Basbaum, pretendia livrar os centros urbanos dos desempregados, alocando-os em fazendas no interior, "na marra".

O inimigo vermelho, a outra grande vítima da repressão policial, representava a ideologia a combater, aquela que punha em xeque o ponto fundamental de convergência do ideário totalitário com o liberalismo - o direito à propriedade privada dos meios de produção - e que, portanto, contrapunha-se à organicidade social apregoada pelo imaginário totalitário. Os comunistas passam, por isso, a representar muito bem o papel para eles criado de inimigo objetivo, (1) parte maior da estratégia política para a criação do mito de uma conspiração comunista que serviu, ao Estado Novo, de duas maneiras di

(1) "O dever da polícia política totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção política é que somente ela confia com a mais alta autoridade e sabe que linha política será adotada". (In: ARENDT, Hanna. As origens do totalitarismo. p. 181). A este respeito, o papel da polícia política e suas relações com os objetivos políticos do Estado Novo podem ser conferidos pelo fato de Filinto estar subordinado diretamente apenas a Getúlio Vargas, embora devesse hierarquicamente colocar-se sob a órbita do Ministério da Justiça. (Cf. LEVINE, Robert M. op. cit. p. 90)

"A principal diferença entre a polícia secreta despótica e a totalitária reside na distinção entre inimigo "suspeito" e inimigo "objetivo". Este último é definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema". (ARENDT, Hanna. op. cit. p. 178)

ferentes: a primeira, para liquidar facções divergentes no interior da sociedade, como no caso das perseguições e assassinatos a membros da ANL; a segunda, para justificar a própria existência do Estado Novo e sua auto-representação como sujeito histórico, como no caso da utilização e criação do Plano Cohen.

Por outro lado, além de fazerem as vezes do inimigo a combater, a fim de servir como argumento capaz de justificar a coesão em função da presença de um agente nocivo os comunistas em si se constituíam numa ameaça. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que deviam ser mantidos por definição da política do governo para sustentar o mito da conspiração, sua eliminação também era necessária (sic). Ao negarem a cooperação social apregoada pelo imaginário totalitário, os comunistas impediam a imagem de uma sociedade orgânica e harmoniosa. Como força política, a molde do que afirmou Filinto Müller, poderiam arregimentar seguidores entre o contingente de desempregados - cujo número era sabiamente censurado pelo DIP - uma vez que os sem-trabalho teriam mais clara a condição de homens despossuídos, ou livres apenas para vender sua força de trabalho, e representariam uma ameaça às condições de passividade política e social impostas pelo novo projeto político.

O papel controlador e fiscalizador da polícia é explicitado de forma bastante clara em artigo publicado pelo "O Estado de Mato Grosso", e possivelmente distribuído pelo DIP, uma vez que foi redigido no Rio de Janeiro, como a maior parte do material daquele diário que contava com subsí-

dios governamentais: (1)

"De toda a função política a mais árdua, mais penosa, mais ingrata e sem recompensa material é, sem dúvida, a da polícia.

O homem de polícia que cumpre o dever não tem hora de dormir nem de lazer, não pode alimentar-se à hora certa nem repousar tranquilamente. No distrito ou em casa particular é hora. E o homem de policia, atilado e vigilante, corre a acudir o rebate de emergência, de serviço ou de férias, de escala ou de folga. A polícia é o socorro imediato para o indivíduo e para a sociedade. É segurança pública e particular. É protetora e é guia. Conduz, ampara e castiga. Ensina e reprocha. Preceitua ao povo a maneira de andar pela rua, de se manter nos veículos, de se acomodar nos logradouros públicos.

A disciplina extraordinária do cidadão inglês foi formulada pela polícia. O rigor dos costumes da Escócia saiu das

(1) Considerado, em sua inauguração, como um dos primeiros passos para viabilizar a campanha da Marcha para o Oeste, "O Estado do Mato Grosso" era tido como um órgão praticamente oficial do Estado Novo, e possuía parte de sua redação no Rio de Janeiro. Seu diretor, Archimedes Pereira Lima foi, na década de 50, presidente da Fundação Brasil Central, mais tarde transformada em SUDECO. Graças aos subsídios do Estado, o diário matogrossense era rodado utilizando-se das técnicas mais modernas da época e reproduzia, invariavelmente, em seus editoriais, a opinião do governo.

oficinas policiais. A riqueza dos hábitos da Suíça, da Noruega e da Finlândia procede do lastro educativo feito pela polícia na alma do povo. A submissão, o terror, a crueldade, a perfídia, o pendor cego ao regime soviético pela desesperado povo russo se devem ao trabalho fatigante da polícia vermelha.

Ninguém pode avaliar o sacrifício do censor, a perda de energia vital do homem de polícia, sejam guardas civis, humildes investigadores, obscuros oficiais de justiça, afanosos escrivãos, incansáveis comissários, incisivos delegados. É a vigília perene dos esgotos sociais da cidade e dos logradouros públicos de escôl. É a guarda contínua dos bancos, das casas comerciais, dos lares, dos repositórios de arte e de cultura. É a sentinela anônima, expedita, que tudo fareja sem ninguém saber, que tudo perscruta sem ninguém desconfiar. É a bandeira segura da proteção e do amparo do indivíduo e do Estado. É baluarte contra as legiões delinqüentes, de autoridades no crime, de técnicos na violação das leis penais.

Carpenter, embora satírico, apregoava que o Marechal Mac-Mahon e outros presidentes franceses tinham o hábito de consultar todas as manhãs, antes de outros assuntos, o prefeito de polícia, a respeito dos negócios de Estado.

Mussolini escuta a voz serena e grave do chefe de polícia e tem nele e nos operosos homens de polícia que saem da primorosa Scuola de Roma, os esteios seguros da paz e da tranqüilidade do povo e

do fascio. Todo o povo italiano se põe num âmbito de segurança perfeita e de garantia absoluta pela polícia do Império.

Hitler, também, no seu arroubo belicoso, na inquietude de seu espírito, resguarda bom quinhão material à polícia moderna e perfeita da Alemanha audaciosa.

Ele sabe que a polícia é a primeira segurança do poder público, é o sinal contínuo de silêncio ou de alerta. Bem sabe que a polícia, antes do exército, levanta os argumentos reais e concretos para a defesa e guarda do Estado.

O exército se não desaloja para sindicar. As revoluções que pratica são exercícios para a luta vindoura. A polícia não ensarilha as armas. Labora com a argúcia, caminha sem parar e do movimento levanta os princípios de paz ou de sobressalto, de guarda ou de ataque.

Nos Estados Unidos, a polícia bem remunerada abroquela o poder público dos botes traiçoeiros. Na própria Rússia nefasta, a polícia é bandeira de aguda vigilância e acode às necessidades do regime, sustentando os fundamentos da comuna.

Certo sociólogo inglês, eivado de liberdade individual, achou demais a função dada à polícia, porque toma conta de tudo, da vida do homem, da família e do Estado: mendicância, vadiagem, delinqüência, lenocínio, residência, comportamento, identidade, infância e velhice, vida e morte, tudo fica debaixo do olhar arguto do homem de polícia.

Em verdade, a polícia toma conta do indivíduo com inteligência e acerto, son-

da-lhe os passos, percorre-lhe o caminho tenebroso ou claro, por onde transcorre.

Se o indivíduo dissipa o patrimônio, a polícia, com discreção e inteligência, examina-lhe a origem da riqueza privada que lhe dá outorga para gastar. Se é pobre e faz-se rico, sem atividade aparente, investiga-lhe a razão de ser da riqueza, como a auferiu.

Na gloriosa Alemanha, a polícia é tão arguta e tão severa que ninguém, sem fonte segura, pode aparecer faustoso da noite para o dia. Toda a origem do patrimônio individual é explicada com precisão algébrica e sem constrangimento.

A polícia, pois, move com a vida do indivíduo e com a vida do Estado.

(...)

Na polícia de hoje, o Dr. Filinto Müller é o patrono solícito, o condutor pertinente, o pesquisador incansável. Faz obra de restauração curadora e sadia; faz trabalho de pedagogia, de seleção e de saneamento. Integra, com desvelo e cuidado os princípios orgânicos necessários à guarda e manutenção do bem público. Tem nele, o eminente Chefe do Governo, um denotado combatente, um auxiliar prestimoso. Sem ódio nem paixão, o Dr. Filinto Müller lembra a figura inconfundível do chefe de polícia inglês: gosta da alegria sã, do desassombro, da correção moral e da lealdade. Com o prestígio de seu cargo se não lança para a vida do funcionário para perseguí-lo ou maltratá-lo. É bom. É limpo. É cavalheiro e é severo. Estima o impre -

visto sem que ninguém o saiba e possui balanço de convicção da vida funcional dos subalternos. Colhe, calmamente, com sua observação, com seu tino político e com sua inteligência, os elementos seguros para a formação de uma polícia real.

Acredita no testemunho de seus auxiliares e reforma o conceito expendido se o testemunho é exagerado ou injusto. O elemento moral, o valor intelectual de cada funcionário, o Dr. Filinto Müller tem consigo para consubstanciar os seus juízos na formação de postos de comando.

(...)

Rio, Agosto, 1939". (1)

A função disciplinadora da polícia, para que a ponta o texto, dá a grata proporção de como a institucionalização da polícia como corpo especializado nasce com o aparecimento do trabalhador livre e a intenção de obrigá-lo ao trabalho. Tanto nos regimes liberais como nos totalitários, a função repressiva do aparato policial continua fundamentalmente a mesma desde a aparição das "poor-laws" inglesas: vigiar e punir aqueles que se negam de qualquer forma a ficar fora do trabalho.

Sua função civilizadora consiste justamente em fazer com que a atividade que deve ser comum a todos - o trabalho - não seja abandonada. O sentido de dizer que esta "sen

(1) BRASIL, Deusdedit Moura. Um chefe de polícia. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 27 Agosto 1939. v.1. nº 1. p. 5.

tinela anônima, tudo fareja sem ninguém saber" é o de que toda a população é posta sob suspeita e vigiada, o controle é cotidiano e constante para garantir "os esteios seguros da paz e da tranquilidade do povo e ... do fascio".

A tranquilidade que a polícia se encarrega de proporcionar - e a que se refere o texto - vem ao encontro da imagem favorável construída para a instituição policial. (Igualmente são prestadas devidas homenagens ao homem mais importante do aparato policial do Estado Novo, cujos atributos de dirigente ficam mais claros na afirmação que Leôncio Basbaum faz ao referir-se ao Estado Novo: "O terror policial, a repressão violenta, as deportações, afastaram durante alguns anos qualquer nova tentativa de resistência ou protesto". (1)/

A preservação da ordem, e especificamente da ordem do e para o trabalho, aliada à visão de que o labutar constante - ou seja, o confinamento do homem ao trabalho - contribuirá para ordenar a sociedade e extirpá-la de qualquer ideologia "exótica", aparece claramente em discurso de Getúlio Vargas, primeiramente dizendo o que os trabalhadores querem e posteriormente colocando como indispensável a luta por um ambiente desfavorável às doutrinas contrárias ao regime:

(...)

"A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos e da variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa inteiramente sobre a nossa capacidade de de realização. Todo o trabalhador, qual

(1) BASBAUM, Leôncio. op. cit. p. 115.

quer que seja a sua profissão é - a esse respeito - um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo e sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres que enobrecem-se pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram. Constitui preocupação constante do regime que adotamos, difundir entre os elementos laboriosos a noção de responsabilidade, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo como a ociosidade de uma atitude nociva e reprovável". (1)

(...)

Chegaremos, assim, a consolidar esse corpo de lei num Código do Trabalho, adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito de nossas conquistas de ordem social, que os povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo para eles a causa de perturbações e antagonismos em vez de forças de cooperação para o bem comum.

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir a influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados para envenenar o sentimento brasileiro da fraternida

(1) O grifo é nosso.

de com o exotismo da luta de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes da perturbação e da desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente, apenas impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal intencionados. Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos, verá que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadeiam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os abusos e as imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática as verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e senso em que processa-se a evolução da nacionalidade. Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal é que assegura a todos, (1) patrões e funcionários, chefes de indústria e proletários, trabalhadores e intelectuais, um regime de justiça e de paz que poderá fazer a felicidade da pátria brasileira. (2)

A ambientação desfavorável ao apelo comunista é, cabe ressaltar novamente, a entrega do homem ao trabalho,

(1) O grifo é nosso.

(2) Discurso de Getúlio no Estádio do Vasco, em 01 de maio de 1940. In: O Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 02 de maio de 1940. v. 1. nº 195. p. 1.

dirigido sob as mãos firmes do Estado que, através da legislação trabalhista, estaria canalizando os esforços de construção nacional. Ainda é bom lembrar que nesse discurso a ociosidade e o comunismo são colocados lado a lado como elementos desagregadores e perniciosos à "felicidade da pátria brasileira". (1)

A respeito dos contingentes populacionais "ociosos", a importância que teve a extração camponesa foi tal, que uma das maiores campanhas de encaminhamento de trabalhadores que estavam sendo expulsos do campo deu-se através da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Coordenada por João Alberto, em 30 de novembro de 42, inicia-se a arregimentação populacional para garantir mão-de-obra na extração da borracha. O plano de trabalho divulgado previa o assentamento "racional" desses trabalhadores. Entretanto, como pudemos verificar através de entrevista com um assessor direto de João Alberto, (2) os nordestinos - que foram o principal alvo da campanha - dirigidos para a Amazônia eram arregimentados ao deus-dará. Apesar da "racionalidade", foram extraídos mais de 30 mil trabalhadores, e o escândalo provocado pelo número de camponeses que foram simplesmente jogados na selva e vieram a morrer custou a João Alberto o preço de ser acusado como o responsável pela chacina institucional. Segundo o mesmo depoimento, os sem-trabalho que se ofereciam para mi-

(1) A respeito da repressão aos comunistas vide:

CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945).

(2) Entrevista realizada com o Sr. Rivadavia de Sousa, assessor de imprensa de João Alberto, em junho de 1983, Brasília.

grar para a Amazônia, eram transportados em caminhões abertos e depositados nos locais de trabalho.

A tarefa, portanto, de impedir que esta plebe não proletarizada se torne "uma força política capaz de se revoltar ou pelo menos, de participar de revoltas", (1) impinge a necessidade de um poder "político capaz de esquadrihar" (2) esta população. Seguindo as análises de Foucault, o papel da polícia e a criação política desses inimigos - os comunistas e os vagabundos - só podem ser entendidos na medida em que é essencial ao poder que a maior parte da população se reconheça apenas como trabalhadores e em que "dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força". (3)

O Flagelo e a Palestina

O incitamento político e econômico produzido na criação do mito da Marcha para o Oeste - o seu dever cívico e a promessa do Eldorado - carregam dentro de si um elemento fundamental para permitir a colonização do "hinterland" bra

(1) FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. p. 94.

(2) Idem. p. 86.

(3) Ibidem. p. 175.

sileiro. Este elemento é, sem dúvida, a existência de espaço físico para garantir que a ocupação realmente se realize. Se a densidade demográfica resgatada pelo discurso do Estado foi um dos pontos importantes para dar a conotação de verdade à fala, ela escondeu dentro de si o fato de o espaço físico existir apenas aparentemente.

Dois pontos importantes devem ser considerados para que contingentes populacionais possam ter lugar no centro-oeste e na Amazônia: primeiro, que existam terras disponíveis, ou seja, numa realidade onde existe a privatização deste meio de produção, que esse espaço não esteja ainda totalmente ocupado; segundo, que a massa humana, que deve ser retirada principalmente do mundo urbano, possa apropriar-se de parte desse pedaço do globo terrestre, levando-se obviamente em conta que a terra não é passível de multiplicação.(1)

A aparência existente em relação ao espaço físico dá-se justamente por não haver possibilidade de concretização desses dois pontos levantados.

Em relação à disponibilidade de terras, é preciso considerar que a densidade demográfica não se constitui como fator que determina a existência ou não do espaço. Na maneira capitalista de apropriação, o que vale conferir é se essas terras possuem dono ou não. Portanto, o caminho de averiguação passa a ser o da concentração fundiária.

Seguindo dados do Conselho de Migração e Colonização para 1940, os Estados de Mato Grosso, Goiás e Acre

(1) Em relação ao problema da terra vide:

MARX, Karl. O capital. v. 3.

são os que apresentam no Brasil a maior área média entre as propriedades rurais, como pode ser observado no mapa que segue.

Para Goiás, especificamente, os dados quanto aos estabelecimentos agropecuários são os seguintes:

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)	ESTABELECIMENTOS DE GOIÁS			
	QUANTIDADE Nº	ÁREA (ha)	QUANTIDADE %	ÁREA %
Menos de 50	23.129	319.899	41,37	1.63
De 50 a 200	14.697	1.425.564	26,29	7.27
De 200 a 2.500	16.596	10.045.639	29,68	51.25
De 2.500 a 10.000	1.230	5.128.273	2,20	26.16
De 10.000 e mais	150	2.684.146	0,27	13.69
Área não declarada	106	--	0,19	--
Total	55.908	19.603.521	100	100

Estabelecimentos Agropecuários de Goiás, discriminados segundo suas áreas e participação percentual dos estabelecimentos agrícolas do Estado de Goiás, discriminação segundo as características de tamanho, quantidade e área, I-IX-1940.

Fonte: Sinopse do Censo Agrícola, I.B.G.E., 1948.

Duas ressalvas precisam ser feitas: uma diz respeito ao fato de os dados serem relativos exclusivamente aos estabelecimentos e não à propriedade da terra propriamente dita. Se houvesse a possibilidade de termos esses números, chegaríamos exatamente à quantidade de terra apropriada. Possuindo somente os dados relativos aos estabelecimentos agropecuários

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

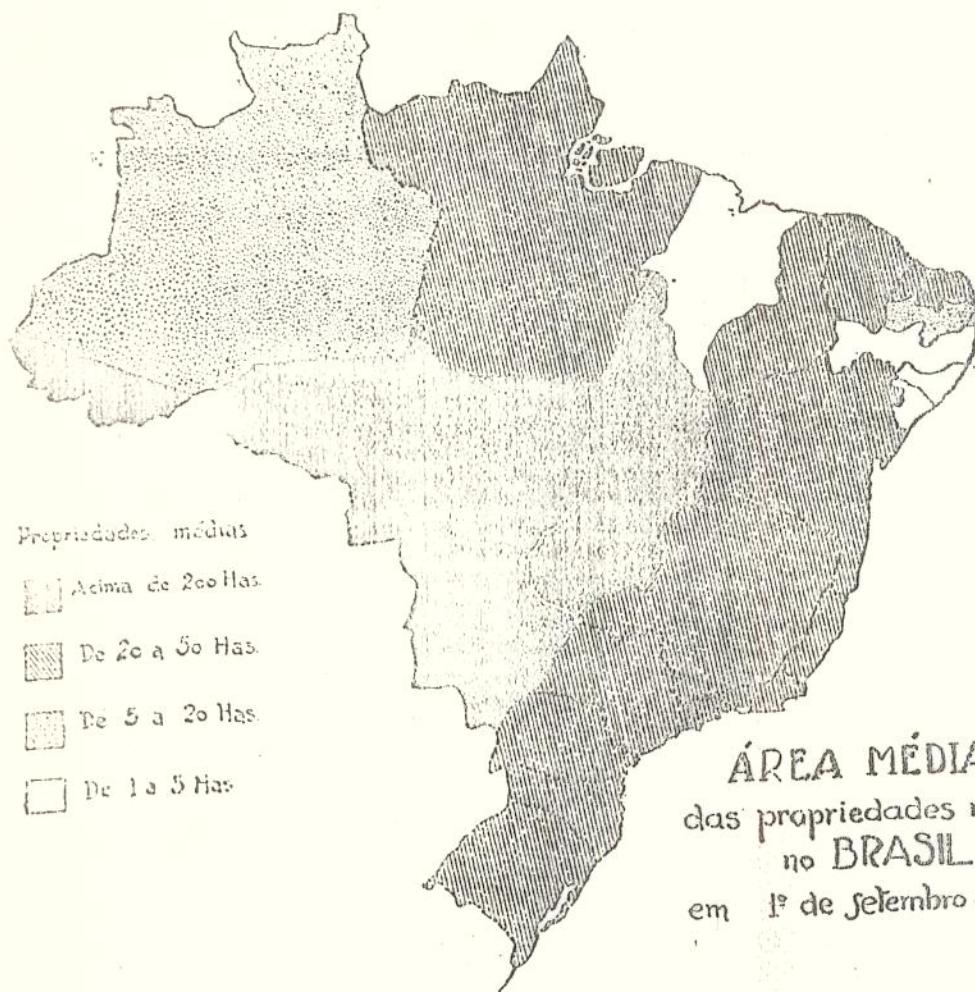


FIG. 12

rios, temos apenas a informação de que a concentração fundiária é extremamente alta. A outra ressalva diz respeito às terras devolutas. Embora o Estado não tenha dados precisos quanto à quantidade e localização dessas terras, elas poderiam ser utilizadas no sentido de permitir que o assim chamado "excesso" populacional encontrasse um espaço físico para sua localização. Entretanto, a situação apontada pelo Governo de Goiás quanto à demarcação e concessão de lotes é considerada caótica. (1) Por outro lado, os censos recentes relativos ao centro-oeste indicam - mostrando que a tendência não foi alterada - ser nesta região que existem os maiores índices de concentração de terra no país, e sugerem que a expansão da fronteira agrícola brasileira não só reproduziu a alta concentração fundiária registrada no resto do país, como manteve os índices mais radicais. (2)

Em relação ao Mato Grosso, já na década de 40, a parte sul do Estado estava completamente ocupada, não havendo terras em disponibilidade, e o Conselho de Segurança Nacional afirmava não alcançar 1% da população os que possuíam terras. (3) (4) A parte norte do Estado apresentava gran

(1) "Milhares de processos amontoados pelas prateleiras e gavetas das mesas, sem andamento regular, sem meios seguros de sua legalidade, sem controle (...)." (In: Conselho de Imigração e Colonização. Goiás, uma nova fronteira humana).

(2) A respeito da concentração fundiária vide: SILVA, José F. Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.

(3) PAULO, M. Filho. op. cit. p. 6.

(4) SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit. p. 177.

de quantidade de terras devolutas, mas distantes do mercado, o que impossibilitava sua ocupação e incorporação econômica. Mesmo assim, estas terras devolutas poderiam ter sido utilizadas para o assentamento de colonos, o que não foi feito, restringindo-se a outras regiões os planos de colonização dirigida.

Findas as ressalvas, o que se deve levar em conta prontamente é que a disponibilidade de espaço só seria viável à medida que o Estado proporcionasse o acesso às terras através da concessão, ou que houvesse, entre os sem-trabalho, a disponibilidade de uma reserva de capital suficiente para a aquisição de terras.

A segunda possibilidade é descartada porque esta legião de expropriados que deveria deixar as grandes cidades era um exército de homens flagelados.(1) Existiria também a chance de que através do trabalho houvesse uma acumulação suficiente para a compra de lotes. Como veremos agora, por dados colhidos na região de Goiás, em 1944,(2) na área de abrangência da Fundação Brasil Central, dificilmente um trabalhador rural poderia transformar-se em proprietário.

O pagamento diário de um trabalhador de fazen-

(1) Segundo depoimento do assessor de João Alberto, a maior parte dos imigrantes era de origem nordestina. Outra grande parte vinha da Bahia e de Minas, principalmente. Eram extremamente pobres, e chegavam à área de influência da Fundação Brasil Central sem nada ter, além dos filhos e algumas roupas.

(2) MEIRELES, Silo. Brasil central: notas e impressões.

da girava em torno de Cr\$ 6,00 a Cr\$ 8,00. Supondo que não chovesse, e muito menos houvesse na região uma estação de chuvas de seis meses (outubro-março), e que ainda não houvesse sazonalidade, para comprar um alqueire de terra (220 x 220 metros), cujo preço girava em torno de Cr\$ 500 a Cr\$ 1.000, este homem, que poderia ganhar por volta de Cr\$ 160,00 por mês, precisaria trabalhar cerca de 16 semanas ou quatro meses sem nada gastar de seu salário. Neste salário não estava incluída a alimentação, e com ele o trabalhador deveria cobrir os gastos de subsistência, em todo ou em parte, e utilizar-se de outros serviços para a sua reprodução, bem como de alguns instrumentos agrícolas, caso tivesse a posse de algum pedaço de terra que proporcionasse um complemento de renda.

Montamos a seguir algumas tabelas incluindo preços de alimentação, utensílios e serviços.

PRODUTO	PREÇO EM Cr\$
azeite - 1 lata	55,00
feijão preto - 1 quarta (1)	20,00
arroz - 1 quarta	15,00
ovos - 1 dúzia	1,00 a 2,00
carne - kg	3,00
batata inglesa - kg	4,00
sal de cozinha - kg	3,00
toucinho fresco - kg	4,00
manteiga - kg	24,00
leite - kg	1,00
açúcar refinado - kg	5,00
açúcar cristal - kg	4,00
sabão grosso - kg	3,00
farinha - lt	1,00
café em grão - lt	5,00
tomate - lt	2,00
laranja - 20 frutas	1,00

(1) Medida utilizada em Goiás que é mais ou menos o equivalente a 20 litros.

Quanto a utensílios, a relação de preços é a seguinte:

1 folha de zinco	450,00
1 pá	60,00
1 enxada	60,00
1 comprimido Guarânia	1,50
1 milheiro de tijolos	400,00

Serviços

TIPO	PREÇO EM Cr\$
Médico (consulta)	25,00
Parteira	50,00
Costureira (um vestido)	20,00
Alfaiate (terno)	220,00

A fim de observar se parte do salário do trabalhador poderia ser posto de lado com a finalidade de adquirir terra, imaginamos os gastos mensais de uma família composta a penas por 4 pessoas, e fizemos os cálculos dos gastos mínimos para sua alimentação. Retiramos da lista o azeite e a manteiga, por terem, comparativamente, um preço muito superior aos demais produtos.

PRODUTO	PREÇO EM Cr\$
1 quarta de feijão preto	20,00
1 quarta de arroz	15,00
3 dúzias de ovos	3,00
10 kg de carne	30,00
4 kg de batatas	12,00
1 kg de toucinho	4,00
30 lt de leite	30,00
4 kg de açúcar	20,00
3 kg de sabão	9,00
8 lt de farinha	8,00
8 lt de café	40,00
2 kg de tomate	4,00
40 laranjas	2,00
Total	197,00

Seguindo a tabela por nós idealizada, cujo total é de Cr\$ 197,00, o salário do trabalhador não cobre sequer os custos com a alimentação. Muito provavelmente, este salário era complementado com outras atividades. Não é difícil supor que essas famílias poderiam ter a posse de um pequeno pedaço de terra que inteirava a paga obtida na fazenda. Quanto aos serviços oferecidos, pode-se inferir que dificilmente o médico poderia ser consultado e que a compra de material para trabalho na agricultura era de difícil acesso. Um boi, por exemplo, custava na região cerca de Cr\$ 500,00, quase o mesmo preço de um alqueire de terra.

A dúvida passível de ser levantada quanto à não existência de disponibilidade de uma reserva de dinheiro para a compra de terras - auferida através da venda da força de trabalho - poderia ser levantada argumentando-se que o salá -

rio representaria apenas parte da renda obtida pela família, e que, portanto, não poderia fornecer, como base de argumentação, os dados que implicariam a possibilidade de compra ou não de terras. Entretanto, em vários relatos (inclusive o de Werneck Sodré e do Conselho de Segurança Nacional) confirma-se que o trabalhadores da região eram extremamente pobres e não proprietários de terra. Silo Meireles, por exemplo, em suas notas e impressões, faz alusão à pobreza da região em vários trechos. Em um deles, falando sobre a escola da cidade de Caiapônia (GO), diz que "dos duzentos e poucos guris que frequentam normalmente o Grupo, apenas vinte podem comprar livros, roupas e calçados, e somente quarenta podem vestir-se a expensas próprias". (1) No que diz respeito especificamente ao problema da terra, Meireles faz observações acerca da possibilidade de acesso dos não proprietários. Em regra, afirma o autor, o fazendeiro "concorda facilmente em entregar, por dois anos, uma pequena parcela da terra ao lavrador que deseje trabalhá-la. Geralmente, porém, o faz dentro das seguintes condições: o lavrador derruba dois ou três alqueires de mata virgem, faz a queimada, cerca a terra, arrotei-a e planta o roçado (arroz, feijão, milho, melancia, abóbora, batata doce etc). Fimdo aquele prazo, restitui a terra ao fazendeiro, toda plantada de capim jaraguã, as cercas recompostas e, pois, transformada em ótimo pasto de ótima forragem. Um bom negócio, como se vê, para o senhor de terra". (2) A descrição de Meireles, somam-se as características da agricultura da região cen

(1) MEIRELES, Silo. op. cit. p. 233.

(2) Id. n. p. 236.

tro-oeste: ter como principal atividade produtora a pecuária extensiva, cujo aumento de produção exige sempre a incorporação de novos campos, e limpos. Na realidade, ao interesse de permitir o acesso à terra, o proprietário não está fazendo nada mais do que agregar-lhe valor da forma mais barata possível.

A promessa da palestina, como incitamento de ordem econômica e política, só ganharia os contornos de uma realização de fato se, a par das considerações das terras já estarem ocupadas, o acesso às terras devolutas ser difícilimo e depender tanto da incorporação dessas áreas à fronteira agrícola bem como de favores políticos e da boa vontade em resolver a caótica situação em que se encontravam os processos de requisição desses terrenos, se a legislação, através da força de centralização e decisão do Estado, proporcionasse de fato o acesso à terra, uma vez que a massa de migrantes que deveria ser despejada nas lonjuras do "hinterland" era desposuída e não tinha condições reais de acumulação de capital.

O Estado Novo tratará da questão da colonização de maneira a integrá-la na legislação de forma bastante peculiar. A ótica adotada dentro dos contornos do dever de civilidade e de brasilidade será aquela que está diretamente relacionada com o aspecto "Trabalho". Não se trata simplesmente de ocupar o espaço, mas de ocupar o trabalho em determinado espaço. Sugestivamente, é com a criação do Departamento Nacional de Povoamento, em 1931, que a questão da colonização sai da órbita do Ministério da Viação e Obras Públicas e passa às mãos do Ministério do Trabalho. Posteriormente, entretanto, é o Ministério da Agricultura que tomará para si esta tarefa,

quando da criação da Divisão de Terras e Colonização (DIC - 1938/54), mantendo, porém, o ponto fundamental de controle e disciplinarização dos trabalhadores, bem a modo de seguir as diretrizes de uma ocupação racional dirigida pelo Estado.

Ao pensar em ocupar pelo trabalho em determinado espaço, o Conselho de Segurança Nacional definirá várias diretrizes que marcam a legislação estadonovista sobre a questão. Tentando sintetizar as principais idéias do Conselho, o artigo publicado pela Revista Estudos Brasileiros, fruto da conferência de M. Paulo Filho, (1) já aponta os traços fundamentais que marcarão a legislação:

"A colonização, sob os auspícios do Exército, será a verdadeira integração dos setores indígenas, da terra e do homem, e, naturalmente caracterizada nas quatro frases essenciais: social, pela incorporação do selvícola à sociedade brasileira e pela fixação do indivíduo, qualquer que seja a sua procedência, ao solo, uma vez que lhe dão a posse e o domínio; econômica, pelo desenvolvimento das fronteiras com esses elementos de produção; científica, pelo estudo normal, que se tornará obrigatório, de tais regiões, e militar, pela ocupação imperiosa de todos esses setores enriquecidos pela ação devidamente protegida. As colônias, assim formadas, seriam constituídas de um núcleo central de administração, com o caráter da força e da disciplina, ambas permanentes. Dividi-

(1) PAULO, M. Filho. Nacionalização e Colonização nas Fronteiras. In: Estudos Brasileiros. Ano 1, nº 2. Setembro-Outubro de 1938. Rio de Janeiro. p. 22.

das as fazendas em lotes, estes seriam oferecidos: em primeiro lugar, aos libertados por conscrição, que neles topariam com um lar em início e cuja prosperidade só dependeria de sua capacidade; em segundo lugar, os brasileiros de outras zonas, que, por espontânea vontade ou tangidos pelas calamidades periódicas, quisessem buscar terra boa para cultivar; em terceiro lugar, pela fixação e educação do índio, até agora vacilante e sem rumo. Finalmente, contemplar-se-iam também os estrangeiros naturalizados ou não, mas que forem chefes de famílias nacionais. Toda essa gente receberia seu lote distribuído, sob a obrigação de torná-lo produtivo num espaço de tempo convenientemente designado. A administração militar enfeixaria em suas mãos os dois elementos básicos: economia e educação. Competir-lhe-iam, portanto, a aplicação dos recursos preliminares fornecidos pelo governo e a instrução particularmente orientada no sentido cívico, de uma geração radicada nos pontos vulneráveis da nação.

Ao Ministério da Agricultura caberia a tarefa de racionalizar a produção nos seus setores privativos. Ao do Trabalho, a prática das doutrinas do cooperativismo, indispensável em tais conjunturas.

Esse esboço, que não é, senão, a síntese das idéias que se difundem no seio do Exército e que o seu Estado Maior olha como uma auxiliar de defesa, evidencia que aí está o caminho a trilhar. A obra, se de um lado estancará, de outro barrará a infiltração de ideologias exóticas, dis

solventes e estranhas à sociedade brasileira".

Como justificativa para o projeto, Paulo Filho acrescenta que, com a colaboração dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, a necessidade de uma direção militar existe "para que essas longínquas e esquecidas paragens tenham ordem, disciplina e, com ambas, o civismo que não alimentam. São as diretrizes educativas do Exército e da Marinha inspirarão confiança a uma gente roída pelo desespero do nomadismo. Não estará o Brasil integrado na posse definitiva dessas fronteiras sem que suas respectivas populações aí estejam fixadas. A grande propriedade se diluirá ou se coletivizará. A fixação do homem aí é um imperativo. Com ela, a organização de colônias agrícolas. Virá o aproveitamento do trabalhador rural e assistido, instruído e com saúde. A colonização militar o reabilitará, despertando-lhe a consciência de ser brasileiro acima de tudo".(1)

Na fixação, o projeto encontra a possibilidade da qualificação da população para o trabalho. Só preso à terra o nômade pode transformar-se em arrendatário, ou seja, de bárbaro em civilizado. O mito da fronteira é aproveitado, neste sentido, para a vulgarização da idéia de um espaço vazio à procura de homens que o preencham. A figura do Índio, plenamente adaptada à qualificação de bárbaro, porquanto ser não civilizado para preencher os quesitos de atendente à ordem e ao progresso, se consubstancia como mais um objeto na obra empreendedora de transformar toda a sociedade em uma sociedade

(1) PAULO, M. Filho. op. cit. p. 19.

de trabalhadores. O poder disciplinar do Exército e da Marinha nada mais representa do que militarizar de tal forma o programa de colonização que seja possível assegurar as regras que definem a fixação do homem pelo trabalho.

Neste mesmo encontro onde fala Paulo Filho, respondendo ao conferencista, o General José Pinto, membro do Conselho de Segurança Nacional faz um contundente apelo aos vários presentes para que colaborassem na solução do problema da colonização. Ao mesmo tempo, adiantava a intensão do Conselho de Segurança de criar colônias agrícolas militares nas regiões de fronteira, sob o manto da tarefa cívica de promover a colonização do interior.

As colônias militares, na realidade, tiveram o privilégio de serem as primeiras a receber uma legislação específica no Estado Novo. Este é o primeiro decreto-lei de importância, e servirá de modelo aos outros quatro que darão a base de sustentação legal para o assentamento de contingentes populacionais nos espaços "vazios" do interior brasileiro.

Decreto-Lei Nº 1.351, de 16 de Junho de 1939

O objetivo dado ao decreto se constitui de três itens: nacionalizar a fronteira; criar núcleos de colonização, principalmente defronte a zonas prósperas de países vizinhos ou onde haja acesso fácil ao território brasileiro; promover o desenvolvimento da população nacional na fronteira, principalmente quando no país houver exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola nas mãos de estrangeiros nos paí

ses limítrofes.

Estas colônias, por sua vez, são denominadas colônias militares e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra. Sua localização é escolhida pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro de uma faixa de 150 km da fronteira.

Quanto à organização da colônia, as características principais são: a existência de um chefe militar, que sempre será um oficial superior do exército, com a incumbência da direção geral de todos os serviços da respectiva colônia, ficando-lhes subordinados, inclusive para ação disciplinar, todos os funcionários públicos civis, permanentes ou extraordinários, e militares, e que intermediará todo e qualquer assunto encaminhado a quaisquer outras autoridades; um contingente militar para vigilância da fronteira e policiamen to da colônia; serviço sanitário; escola para ensino de agricultura, pecuária e mineração.

Em relação aos colonos e ao regime colonial, o decreto estabelece que, a juízo do chefe militar da colônia, poderão ser aceitos: reservistas da Armada, do Exército, dos Corpos da Polícia e dos Bombeiros; trabalhadores nacionais; flagelados; índios; 10% de estrangeiros sobre o efetivo da população da colônia, desde que possuam ofício.

Vigilância permanente especifica-se também que nenhum colono poderá ausentar-se sem prévia comunicação ao chefe militar, bem como a permanência de qualquer pessoa na colônia só acontecerá com autorização do chefe militar.

Os lotes rurais, por sua vez, devem destinar-se à lavoura e à criação, não excedendo a 25 hectares cada um deles. A propriedade definitiva do lote só será concedida a-

pós três anos de cultivo ou aplicação; entretanto, mesmo com a propriedade definitiva poderá haver expulsão do colono turbulento ou de má conduta, assegurado o direito deste de vender seu lote, cujo preço e escolha do colono substituto dependerá do prévio ajuste com a administração.

Quanto à Formação de Trabalhadores, o decreto estabelece que sua criação terá como objetivos: desenvolver as condições físicas dos trabalhadores; familiarizá-los praticamente com os serviços coloniais, adaptando-se às atividades que escolherem ou lhes forem destinadas: orientar e selecionar, para serviços especiais da colônia, os que mostram acentuada vocação para esta espécie de atividade. Às Formações de Trabalhadores serão incorporados, de preferência, os que precisarem ser submetidos a regime profissional e disciplinar. As Formações serão empregadas nos trabalhos públicos das colônias e nos estabelecimentos agrícolas que a administração colonial julgar conveniente organizar.

Decreto-Lei Nº 2.009, de 9 de Fevereiro de 1940

Através desta lei, o Estado estabelece a organização dos núcleos coloniais. Primeiro é definido o que é um núcleo (reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais). O Ministério da Agricultura tem reservadas todas as prerrogativas de controle desses núcleos, mesmo que eles não contem com auxílios oficiais, pois sua formação poderia ser promovida pela União, Estados, Muni-

cípios e por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou particulares.

O Estado estabelece que os núcleos sã poderão existir em pontos próximos a centros de população servidos de estrada de ferro, rodovias ou companhia de navegação. Mesmo o preço de venda dos lotes deverá ser estabelecido pelo Departamento de Terras e Colonização, bem como a forma de pagamento, os descontos, a concessão definitiva do lote, a maneira de aliená-lo, todos os itens relativos a pagamento. Finalmente, é também o Estado a estabelecer quem poderá adquirir estes lotes rurais: os maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais na região onde estiver localizado o núcleo; quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote rural; quem se obrigar a trabalhar e dirigir no local os trabalhos agrícolas do lote e quem não exercer qualquer tipo de função pública.

Quanto à exclusão de colonos, o decreto diz que será excluído aquele que: deixar de cultivar o seu lote por espaço de três meses; desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento. Ao colono que for expulso caberá tão-somente a restituição das importâncias que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento parcial ou total das terras, casas e outras benfeitorias.

Nos pontos marginais de estradas de rodagem, junto a rios em que houver navegação, podem ser estabelecidas linhas coloniais (linha colonial: uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente, ou uns próximos aos outros).

Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de Fevereiro de 1941

Este é o decreto que dispõe sobre a criação de colônias agrícolas nacionais. Nele, pretende-se legislar sobre a fundação e instalação de grandes colônias destinadas a receber e fixar cidadãos brasileiros definitivamente pobres, em lotes que variam de 20 a 25 hectares. Estas terras, fica estabelecido, poderão ser concedidas a maiores de 18 anos, desde que não sejam proprietários rurais, e que revelem aptidão para o trabalho da agricultura.

É esclarecedor neste decreto a afirmação de que serão observadas regras de planejamento urbanístico, com o intuito de criar futuros núcleos de civilização no interior do país. A racionalidade do empreendimento também prevê a construção, nas sedes das colônias, de aprendizado agrícola, a fim de que os filhos dos colonos tenham instrução rural "adequada". A própria maneira de organização de colono para fins de sua inserção no mercado fica definida no decreto com a imposição ditada pelo Estado de que esses colonos deverão reunir-se em cooperativas de produção, venda e consumo.

Além de preservar a ordem, será dever do colono, depois de um ano de sua localização, conservar estradas de rodagem e caminhos, limpar valas e valetas. A preservação da ordem, por sua vez, inclui a obrigatoriedade de o colono cultivar os lotes dentro dos prazos estabelecidos em cada colônia, observar as normas impostas de cultivo e desmatamento e ter boa conduta. No caso da não observância desses requisitos de bom andamento, o decreto prevê a exclusão do colono, através dos relatórios provenientes das vistorias dos lotes. Quan

to à má conduta, o colono deverá responder a inquérito administrativo. Depois de decidida a exclusão, o Estado dá um prazo de 10 dias, a partir da notificação, para que o trabalhador e sua família abandonem o lote.

Decreto-Lei Nº 3.266, de 12 de Maio de-1941

Diz o decreto-lei que as terras de propriedade da União, quando dotadas de requisitos que exijam especial colonização, pela presença de matas e de mananciais, serão divididas em lotes de 10 a 30 hectares, para a instalação de granjas-modelo. Esses lotes poderão ser concedidos apenas a trabalhadores nacionais, mediante pagamento, sujeitando-se os colonos às bases cooperativistas. No prazo de 180 dias, a contar da data de aquisição, obriga-se o adquirente do lote a iniciar as instalações ou culturas e, no prazo de dois anos, ser concluída a construção residencial.

Decreto-Lei Nº 6.117, de 16 de Dezembro de 1943

Este é o decreto-lei que regula a fundação dos núcleos coloniais (da União, Municípios e Estados, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou particulares). Nele, novamente, o Estado reafirma sua completa autoridade sobre esses núcleos, seguindo os dispositivos do de-

creto-lei nº 2.009. É estabelecido que esses núcleos, terão: campo de demonstração destinado a culturas próprias da região ou de outras economicamente aconselháveis; pequenas oficinas para trabalho de madeira e ferro; serviço médico e farmacêutico; cooperativas de venda, consumo e crédito. Também fica estipulado aquilo que os núcleos poderão ter: estações de monta com reprodutores selecionados e aconselhados à região; instalações para beneficiamento dos produtos agrícolas; postos meteorográficos; animais de trabalho; máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, sementes, adubos e fungicidas, para venda aos colonos pelo preço de custo.

O Departamento de Terras e Colonização também, a partir deste decreto, deverá estabelecer um ponto conveniente para a criação de uma feira-livre.

Há nova modificação quanto ao tamanho que deverão ter os lotes rurais, variando agora de 10 a 30 hectares. Também há redefinição quanto a quem poderá ter acesso aos lotes rurais: maiores de 18 anos que não forem proprietários rurais, de estabelecimento de indústria ou de comércio; quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote que lhe for concedido; quem se obrigar a trabalhar e dirigir, no local, os trabalhos agrícolas do lote; quem não exercer qualquer função pública.

Fica estabelecido, igualmente, que aos colonos poderão ser concedidas as seguintes vantagens: alimentação gratuita durante os três primeiros dias da chegada ao núcleo; trabalho e salário ou empreitada, durante o primeiro ano a partir da data da chegada do colono ao núcleo; assistência médica gratuita até a emancipação do núcleo; dieta e medicamentos,

plantas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas e ferramentas agrícolas, gratuitos durante o primeiro ano, a contar da chegada do colono ao núcleo; empréstimo, durante o primeiro ano da chegada ao núcleo, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho; transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede do núcleo.

Quanto às punições, o decreto-lei ratifica que será excluído quem: deixar de cultivar o seu lote por espaço de três meses; deixar de cultivar a área mínima dentro do prazo máximo estabelecido pela administração e pelo diretor do DTC; desvalorizar o lote explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento. Ao ato de exclusão do colono não caberá ação possessória. Também será expulso aquele que por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para o núcleo. Esta expulsão será precedida de inquérito administrativo. Ao colono que for assim expulso caberá tão-somente a restituição das importâncias que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento parcial ou total das terras e benfeitorias.

O decreto também cria a possibilidade de estabelecerem-se linhas coloniais (estradas de rodagem ladeadas de lotes, medidos e demarcados, seguidamente, ou próximos uns dos outros).

A emancipação dos núcleos coloniais será declarada pelo Governo. O Ministério estipulará as condições de venda dos lotes vagos nos núcleos, mesmo depois de emancipados.

Como primeiro apontamento a ser feito em relação ao sentido que esta legislação toma, cabe recuperar o fa-

to de que essa massa de desagregados do mundo do trabalho representa sempre "um subproduto, uma criatura, da sociedade do trabalho; um dejetto, sobra sem lugar no social e, portanto, a ameaça sempre presente na forma inquietante do crime, mas também na forma mais perigosa da revolução".(1) São massas supérfluas de indivíduos que deverão ser sacrificadas de alguma forma. A SEMTA, como foi descrito anteriormente, pôde sacrificar milhares de nordestinos sobrantes. A outra maneira de lidar com esses indivíduos em "uma sociedade que se institui sobre o pressuposto da positividade do trabalho (2) é, dentro da criação do imaginário totalitário do dever de brasilidade, a legislação repressora e disciplinadora que se encarregaria de higienizar a sociedade através do deslocamento desses indivíduos e de sua correta (sic) adequação.

Em relação ao decreto-lei que cria as colônias militares, é interessante notar que nem a comunidade e muito menos o indivíduo possuem qualquer tipo de auto-determinação, tanto no que se refere ao trabalho como na maneira de produzir e no aspecto mínimo de possuir o direito de ir e vir. E, embora este último aspecto desapareça do restante dos decretos-lei, ainda assim é uma autoridade alheia à comunidade quem determina a forma de assentamento, tempo de trabalho, integração à comunidade, organização de mercado, de produção e educação que os homens deverão receber.

(1) BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. p. 57-58.

(2) Idem. p. 80.

Os artigos referentes à exclusão do colono também são bastante significativos por apresentarem duas vertentes: a primeira, destinada aqueles que não se enquadram no tempo de trabalho imposto; a segunda, muito mais genérica, é destinada aos que de uma forma ou outra são indesejáveis à comunidade, mas sob o ponto de vista do arbítrio da autoridade competente.

O significado das colônias, por sua vez, fica claro quando os que a ela se destinam devem ser os sobrantes nesta sociedade constituía para o trabalho. A colonização é a da miséria. O flagelo humano deve ser segregado porquanto não incorporado ao mercado de trabalho. A tarefa agora é fazer com que este resíduo humano seja adestrado na minguada parcela da natureza que o Estado lhe destina: de 10 a 50 hectares. Além das medidas punitivas impostas, da vigilância, da disciplinarização, o Estado tratará também de reeducar o corpo e cuidar da educação do trabalhador.

4. O LUGAR DA VIDA

"No Brasil
tem muitos doutores,
muitos funcionários
e muitas professoras.

Se eu fosse o Getúlio,
mandava metade
desta gente prá lavoura,

Mandava muita loura
plantar cenoura
e muito bonitão
plantar feijão
E esta turma da mamata
eu mandava plantar batata."

Domínio popular

A preocupação de manter, ou transformar, as massas trabalhadoras aptas para o trabalho será inserida no esforço de interiorização do homem e do flagelo. A estratégia estadonovista visa à transformação deste homem do campo. Na legislação e no discurso, a regeneração pelo trabalho passa a ser a tônica constante. Os programas de educação e saúde e a corporação militar, pelo seu espírito de disciplina, são apontados como agentes capazes de moldar grandes grupos sociais na tarefa empreendedora da regeneração.

O sentido de construir uma raça brasileira forte, saudável e capaz está plenamente de acordo com a tonalidade do discurso, onde a glorificação do trabalho é apregoada como o único caminho viável de enobrecimento do homem. A destruição do jeca - o ser apático, o homem que vive de côcoras

olhando para o horizonte - é mais um novo dever de brasilidade. A mão firme e empreendedora do Estado, auxiliado em sua tarefa pela experiência, pelo espírito e pela disciplina militar, tratará de impor ao homem do interior uma nova disciplina.

A construção dessa nova disciplina pressupõe a necessidade de higienizar a sociedade e livrá-la dos elementos nocivos, com o intuito de forjar a criação de uma identidade nacional. Impor a nova identidade no Estado Novo significa fazer uso do mito de ser brasileiro, em função da existência de inimigos da nação brasileira, para, primeiro, alimentar constantemente esta identidade na forma de resistência àqueles que supostamente colocam em risco a verdade da sociedade harmônica (os comunistas e os sem-trabalho) e, segundo, persuadir as massas garantindo a elas ser verdadeira a tarefa de fazer com que o trabalhador perca sua identidade diferenciada para criar uma outra, a de uma raça (sic) que interioriza uma noção de trabalho cujo eixo é o tempo do capital. (1) (2)

(1) Quanto a nova interiorização do tempo vide:

THOMPSON, E.P. Tradição, revolta y consciencia de classe.

(2) Na estratégia de busca da sociedade harmônica, Werneck Vianna faz uma observação importante em relação ao Estado Novo: "O espírito do corporativismo estava na busca da instituição da "paz social", na tentativa de estabelecer um amplo consenso que também abrigasse politicamente as classes subalternas, ao contrário da violência pura empregada pelas classes dominantes nas duas primeiras décadas do século. Era, agora, um justo equilíbrio entre o emprego da coerção e a proposição de um projeto de alguma forma con-

A criação deste Homem Novo está associada à imagem de uma figura heróica - principalmente quando empenhado na tarefa colonizadora -, energética, sadia, abnegada e que, graças ao seu trabalho e ao traçado de um destino harmônico, deverá chegar ao seu fim que deve coincidir com o de toda a população brasileira: uma sociedade superior, sem conflito, com ordem e progresso.

A transformação que deve sofrer o homem - e, neste caso, o homem do campo - está diretamente relacionada a diversas práticas orientadas pela busca de formas de submissão do trabalhador. Se, como vimos, a legislação de colonização deixa bem claro a maneira pela qual deve haver uma direção superior e um enquadramento quase que perfeito do indivíduo à sociedade, quaisquer que sejam suas diferenças, o discurso de Vargas que segue, aponta a condição de exploração do trabalho:

"Precisamos pôr em prática um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza.

O problema da infância é, em nosso país, dos mais urgentes. A geração que dirige a vida nacional cumpre enfrentá-lo corajosamente. Precisamos dominar as ende

(2) sensual para as classes subalternas. Este consenso seria uma legislação que as protegesse nas suas relações de emprego e nas condições de trabalho". (In: VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicalismo no Brasil)

mias, para que dentro de um pouco, a média de crescimento da população melhore e o rendimento econômico alcance os coeficientes dos países civilizados. Fixando o homem à gleba saneada e produtiva, dando-lhe educação apropriada no meio rural, evitaremos o êxodo dos lavradores e a fuga de elementos jovens e animosos, desviados do campo para as grandes cidades, com a ilusão de uma existência fácil e confortável.

Para a consecução desses objetivos, invoco o concurso das classes produtoras, empregados e empregadores. Lembro-lhes a conveniência de não deixarem as fábricas sem escolas de ofício e a necessidade de organizarem repouso do trabalho e o aproveitamento das férias em condições sadias e agradáveis". (1)

Seguida do medo à multidão, a nova identidade disciplinar, com sua regeneração através do trabalho, ganha contornos cada vez mais nítidos com a preocupação educativa de transformação das massas trabalhadoras.

A vontade expressa pela política estadonovista de formação de uma raça forte e sadia passa pela prerrogativa de reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento do espírito, mas diz respeito igualmente à construção de uma política de saúde. Nela, a prática visada é a ação sobre o corpo do homem, a fim de torná-lo mais apto para o trabalho. É o Estado quem define o que é estar doente ou estar saudável, e

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política do Brasil. v. 5.

estar doente para um trabalhador significará, mais do que nunca, estar pronto para o trabalho. A saúde do trabalhador será relacionada às condições de vida e trabalho. "Nesta conjuntura prevalecerão no discurso institucional, as doenças de massa, entre elas a malária, a esquistossomose, as verminoses, Chagas, tuberculose, boubá, lepra, tracoma e a desnutrição". (1) (A maneira autoritária como são feitas as campanhas de saúde, imbuídas, no projeto de atuação, da idéia de transformação da "raça", demonstra que o que teremos não são "cuidados médicos para a população, mas controle médico da população"; (2) onde o Estado compreende perfeitamente que "o controle da sociedade não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo". (3)

A preocupação com a salubridade pretende que as condições ambientais preencham os requisitos de higiene indispensáveis para fazer dos homens um bem produtivo. Por isso, na legislação de colonização, bem como no amplo programa de revigoramento físico desenvolvido nas escolas, aparece a assistência sanitária e a preocupação com a higiene. A transferência dos contingentes populacionais sobrantes para o centro-oeste não se permite ser pensada de forma a excluir o aspecto saúde de seu projeto. O Estado prevê, da maneira como encara a saúde, uma medicina que ofereça condições de vida e

(1) LUZ, Madel Therezinha. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. p. 56.

(2) FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 96.

(3) Idem. p. 80.

do meio de existência. A noção de organicidade que permeia o pensamento totalitário, ao mesmo tempo que encontra o lugar para o trabalhador na sociedade, permite estabelecer que o homem e o meio-ambiente devem ajustar-se plenamente; condições de vida e do meio de existência são, por isso, os fatores da salubridade. Esta, sendo o ponto norteador da política, distingue-se, como assinala Foucault, pois salubridade "não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. É correlativa - mente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde". (1)

As doenças atacadas pelas campanhas do Estado Novo mostram enfaticamente como a preocupação maior centraliza-se na intenção de acabar com os males que atuam sobre o corpo. "A partir da década de 40 foram reformuladas e ampliadas as organizações estatais de saúde, concentrando o governo federal na área do seu Ministério os esforços no combate às endemias rurais e também a proteção à maternidade e à infância. É desse período, 1942, a criação do Serviço Especial de Saúde Pública que representava uma ampliação significativa da ação médico-sanitária no país, cobrindo áreas

(1) LUZ, Madel Therezinha. op. cit. p. 57.

naquele momento econômica e militarmente estratégicas, como as de produção da borracha no vale Amazônico". (1) O custo operacional das medidas empregadas para acabar com a verminose, a tuberculose, o fogo selvagem e a lepra - as quatro principais doenças - alvos do Estado Novo - dá-nos a nítida noção de que ele, o custo, é bem menor do que aqueles que a doença traz a nível de subtração do homem do trabalho.

Em Mato Grosso, por exemplo, estipula-se o pagamento de uma taxa de 5% sobre a arrecadação municipal (Fundo de Saúde), a fim de se manterem os serviços de saúde no Estado. Vários Postos de Higiene são abertos, por iniciativa do Governo Federal, e entre 1939 e 1940, o centro-oeste faz conquistas notáveis para a eliminação de seus maiores males, com a inauguração do Leprosário de Botas, em Campo Grande e do Hospital para Fogo Selvagem, em Ponta Porã, o serviço ambulatorial para tuberculose em Cuiabá, e a promessa da construção do Sanatório de tuberculosos, também em Cuiabá.

Getúlio Vargas, ao traçar algumas das novas diretrizes para a ocupação da hinterlândia, deixa bem claro em um discurso feito em Fortaleza, no ano de 1943, os requisitos necessários para tornar a colonização viável: além "de facilitar o encaminhamento de correntes imigratórias economicamente aparelhadas e produtivas, devemos começar localizando os elementos nacionais dispersos, mediante auxílio eficiente e assistência sanitária, em condições de aproveitar as suas energias e espírito de sacrifício, postos à prova na luta que vêm

(1) FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 93.

IFC 11/1 - 265-75
~~SECRET~~

sustentando, desamparados e estóicos, contra o meio insalubre e opressivo".(1)

Da mesma forma que assume a tarefa de controle do corpo do trabalhador através da medicina, o Estado, amparado pela constituição de 1937, toma para si a tarefa de educar os futuros trabalhadores com a alegação, já introduzida por Francisco Campos, de que somente o Estado "está em condições de arbitrar ou de exercer um poder justo (pois) ele representa à Nação e não é um instrumento dos partidos e das organizações privadas".(2) A educação é proposta formalmente pela Constituição de 37 com o fim de "promover a disciplina moral e adestramento físico da juventude, de maneira a prepará-la para o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação".(3)

O espírito de colaboração pregado pelos totalitários no combate à luta de classes vem ao encontro da política educacional. Na sua visão orgânica da sociedade, o saneamento moral promovido pela educação deverá dar conta de enterar para sempre o espírito de animosidade entre as classes. Sem nunca descartar o princípio da desigualdade econômica, o novo projeto político pretende promover uma nova saúde moral para extrair o trabalhador daquilo que Oliveira Vianna vai chamar de "infra-mundo".

Em contraposição ao "super-mundo" dos burgueses -

(1) NEIVA, Artur Hehl. O pensamento político do Presidente. Separata de Cultura e Política. 1943.

(2) CAMPOS, Francisco. op. cit.

(3) Ar . 132.

ses, onde os ricos "avocavam para si todos os favores e todas as benesses da civilização e da cultura", (1) no "seu infra-mundo, repululava a população operária: era toda uma ralê fatigada, sórdida, andrajosa, esgotada pelo trabalho e pela subalimentação; inteiramente afastada da magistratura do Estado; vivendo em mansardas escuras; carecida dos recursos mais elementares de higiene individual e coletiva; oprimida pela deficiência de salários; angustiada pela instabilidade do emprego; atormentada pela insegurança do futuro, próprio e da prole; estropeleada pelos acidentes sem reparação; abatida pela moléstia sem socorro". (2)

Em virtude da existência desses dois mundos, Oliveira Vianna afirma que a sociedade estava separada por barreiras: "dos preconceitos de superioridade e dos sentimentos de desprezo, de um lado; das reações correlativas de hostilidade, de revolta, de ódio, de outro". (3)

A responsabilidade desta realidade social conflitiva, na concepção totalitária, coube à política de abusos desenfreada pelo Liberalismo. Ao Novo Estado fica a tarefa de eliminar das consciências as noções de inferioridade que a vida do "infra-mundo" impôs ao trabalhador. O espírito de colaboração a ser construído sob a égide da brasilidade deverá ser o canalizador que permitirá fazer o trabalhador sentir-se como parte efetiva de um corpo social uno, sem, entretanto, per

(1) VIANNA, Oliveira. As novas diretrizes da política social.
p. 94.

(2) Ibidem. p. 94.

(3) Ibidem. p. 97.

der sua identidade como trabalhador.(1)

A ótica educacional do Estado Novo prende-se à concepção de que o "trabalho é um dever social", (2) por isso também o artigo 129 estabelece que à "infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais".

Na carta de 10 de novembro, o ensino pré-vocacional e profissional ganha definitivamente "a marca de classes (o ensino pré-vocacional e profissional é destinado às classes menos favorecidas) gravando esse ramo de ensino como estigma da classe subalterna".(3)

A distinção entre elites condutoras e massas trabalhadoras é confirmada por trechos de Capanema, idealizador da reforma de ensino de 1942, que ganharia seu nome:

"O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é

(1) Ibidem. p. 106.

(2) Art. 136.

(3) LIMA, Evaristo Linhares. Formação sócio-educativa brasileira (Reforma Campos e Capanema) 1931-1961. p. 142-143.

preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo..."

(Capanema apud Ribeiro) (1)

Reservado o "classissismo humanista" para as classes destinadas à direção da sociedade", (2) no artigo 22 da reforma Capanema não só fica explicitada a distinção que é feita na carta de 10 de novembro quanto aos lugares que devem ser ocupados pelas massas trabalhadoras, como a fala do idealizador da Reforma ganha dimensões concretas:

"O estabelecimento de ensino secundário tomará o cuidado especial na educação moral e cívica de seus alunos, buscando nelles formar, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e de -
sínios, de sua missão no meio dos po -
vos". (3)

(Capanema apud Ribeiro)

Completamente integrada ao fato de que o "trabalho é um dever social", a sociedade como um todo deve ser disciplinada para cumprir o encargo definitivo de se transformar em uma sociedade de trabalhadores. A Juventude Brasileira, agremiação oficial criada pelo Estado Novo, aos moldes da Juventude Nazista, e subordinada ao Ministério da Guerra e ao da Educação, dá-nos a mostra de como é desenvolvido o "cuida-

(1) RIBEIRO, Maria Luisa S. História da educação brasileira. p. 136.

(2) LIMA, Evaristo Linhares. op. cit. p. 144.

(3) RIBEIRO, Maria Luisa S. op. cit. p. 137.

do especial na educação moral e cívica" dos jovens, bem como afirma concretamente a dependência institucional ao aparato político-repressivo do Estado. Tomados como guardiães da pátria, esses jovens terão como tarefa disseminar os novos valores morais, vigiar e ordenar a sociedade em seu cotidiano, além de estar sempre presentes nas comemorações cívicas empreendidas pelo Estado.

A importância da educação do homem brasileiro para o trabalho passa a ser difundida através da propaganda e do discurso, de maneira muito constante. Educar agora significa reeducar, achar nova identidade, como assinala Getúlio Vargas:

"Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente.

Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão; ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A esco

la, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes de seus variados misteres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas".(1)

O momento é próprio para ressaltar a preponderância do fator humano no progresso de qualquer nação. A capacidade de agir, o amor ao trabalho dignificante, o sentimento cívico e a dedicação à causa pública resultam de cuidadosa e persistente educação do povo. As possibilidades materiais, valiosíssimas em si, só valem efetivamente nas mãos de homens inteligentes e empreendedores, de espírito esclarecido e corpo robusto, capazes de transformá-las em elementos de expansão individual e coletiva.

É inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações.

Na formação da mocidade está o fundamento de uma política construtiva e dinâmica. A sua prática virá remover numerosos obstáculos que entorpecem o progresso nacional. A fuga dos campos, o desamor pela gleba, a caça ao emprego público, as

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política no Brasil. v. 3. p. 211-212.

falhas de organização, as influências rotineiras e os vícios de falsa civilização constituem efeitos, na maior parte, da educação insuficiente e defeituosa nos seus processos e objetivos.

Remover tantos males é imperativo ineludível, e só conseguiremos dispendo de uma mocidade sadia e habilitada profissionalmente".(1)

Esta universalização do espaço do trabalho não se limita apenas ao fato de o trabalho tomar, de maneira cada vez maior e mais incisiva, o espaço do público. Na esfera do privado, o sentido do Estado também é o de realizar um tipo de controle que mais e mais impulse a aptidão disciplinar para o trabalho. Dois decretos federais lançam mão das prerrogativas que o Estado Novo concede a si mesmo para adentrar na esfera privada da vida dos indivíduos. Ambos são de 1940 e, sob a bandeira de que os direitos do indivíduo só vão até onde começam os da Nação/Estado, eles reivindicam o exercício de um poder controlador que atinja todas as esferas sociais.

O primeiro desses decretos é o 2.024, que cria o Departamento Nacional da Criança, cuja pretensão é atacar a maneira como as mães agem em relação às crianças, desde o período de gestação, até a adolescência. A argumentação dada para a criação de tal departamento é justamente a de que o Estado reconhece que soluções ocasionais não são suficientes para o preparo de um Homem Novo, e, por isso, o Departamento deverá proporcionar orientação educativa desde os "mais comezi -

(1) VARGAS, Getúlio. As diretrizes da nova política no Brasil. v. 6. p. 54-55.

nhos princípios de higiene e alimentação".

Já o decreto 6.641, de 14 de março de 1940, cria o Departamento de Educação Nacionalista. A revista Cultura Política nos dá algumas informações sobre seus objetivos e estrutura:

"O Departamento de Educação Nacionalista propõe-se a estender sua ação educacional paralelamente à grande obra socializadora das escolas, quer às que estão subordinadas diretamente aos governos municipal e federal, quer às de iniciativa particular.

Isto representa, apenas, a pedra fundamental do monumento que se constituirá. Num futuro bem próximo, pequeninas células do Departamento de Educação Nacionalista integrar-se-ão aos organismos vivos que são nossas fábricas, as oficinas, os clubes e demais agrupamentos que estejam a requerer cuidados educacionais. Sobre todos exercerá uma ação bem definida, continuada e persistente, o sentido da formação de brasileiros aptos a elevar o Brasil ao plano das grandes potências mundiais". (1)

São constituídos quatro diferentes setores de serviços (Educação Cívica, Educação Musical e Artística, Educação Física e Correspondência), com incumbência mutuamente complementares, que deveriam realizar a tarefa de "preparar o homem novo para o mundo novo, que a máquina e a ciência estão exigindo". (2) O artigo da Cultura e Política vai além, expli-

(1) FEITAL, Neusa. Educação nacionalista no Distrito Federal. Cultura e Política. Rio de Janeiro. 1 (3): 142-146, Maio, 1941.

(2) Idem, Ibidem.

citando o sentido desta tarefa:

"A Educação Nacionalista deve ser compreendida como a cuidadosa preparação do indivíduo no sentido de tornar a Pátria mais feliz, fazendo-a mais disciplinada e mais forte."

Assim, entre nós esta educação especializada - despertando na alma brasileira o senso de História, o amor às tradições, o culto dos grandes nomes nacionais, a cooperação de cada qual na vida coletiva do país - em todos cultivará clara noção das possibilidades espirituais e materiais do Brasil, e os meios de aumentá-las, no interesse de amplidão dos seus destinos".

A tarefa de formar uma memória nacional constituída a partir de fatos e feitos próprios tenta retomar a idéia do indivíduo. Negando que o indivíduo mesmo possa existir, pois por trás de sua concepção estaria presente a noção de não-organicidade e, portanto de particulariedade, é a noção de pessoa que ganha vulto. Esta está intimamente relacionada com a tarefa a que se propõe o Estado de promover o saneamento moral e eliminar das consciências o "infra-mundo" imposto ao trabalhador. Ser pessoa é impregnar-se da "igualdade SUBSTANCIAL dos homens", própria da conquista da civilização cristã, e negar as igualdades políticas e econômicas (Costa apud Vianna).(1) Esvaziar a idéia de particularidade com a de pessoa é produzir um senso de História que se utiliza de uma

(1) VIANNA, Oliveira. As novas diretrizes da política social.
p. 99

memória nacional de fatos e feitos para criar uma imagem bastante positiva do que é ser brasileiro. A idéia do espírito de colaboração canalizada através dos heróis nacionais deve dar a todos a clara noção da constituição do uno.

No mesmo artigo, ao referir-se ao setor de Educação Cívica, mais dois passos fundamentais são dados para a disseminação daquilo que o novo projeto político entende como necessário à constituição da consciência nacional:

"A este setor do Departamento de Educação Nacionalista compete disseminar noções relativas a história pátria, desenvolvendo nas crianças e nos adolescentes o culto das tradições nacionais. O conhecimento da vida dos grandes homens servirá de estímulo ao aperfeiçoamento dos educandos. Quantos sentimentos de inferioridade, desses que a doutrina do sábio de Viena determinou complexos, serão liberados com o conhecimento de eminentes vultos históricos, a origem modestíssima de outros e tudo mais possa servir de estímulo aos desalentos por fatores desta ordem.

Além disso, ao Serviço de Educação Cívica compete difundir seguras noções sobre a realidade brasileira. A grande siderurgia, a Marcha para o Oeste, o combate às endemias, as obras contra as secas, não serão expressões sem sentido para a infância e juventude brasileiras".

Ao eliminar das consciências a noção de inferioridade de raça e de classe, imediatamente se a substitui pela de consciência de brasilidade, por isso a visualização da necessidade de difundir através do ensino não só a verdadeira

história (sic), a realidade passada, mas o presente verdadeiro do Brasil. O nacionalismo impregna todo o discurso dirigido para a regeneração do homem. Reeducado, ele deve agora se identificar com os desígnios da nação. A concepção orgânica de sociedade que lhe serve de base - e portanto negadora de qualquer divisão ou conflito de classe - concretiza-se na medida em que cumpre a tarefa construtiva de fazer com que o homem se reconheça apenas como trabalhador, cuja meta consciente deve ser a busca do caráter nacional.

A idéia de unidade sugerida pelo discurso, quando afirma que todos são igualmente responsáveis pela construção da futura "civilização" (sic) brasileira, vem bem ao encontro da atmosfera coercitiva e policial do período, já que rejeita aqueles que se negam a se enquadrar no papel exclusivo de trabalhador que lhes é imposto, por não responderem ao seu dever de brasilidade. Agentes inorgânicos da sociedade, a esses rejeitados é negado o espaço de existência.

A destruição do jeca, símbolo da apatia nacional, portanto, deve ser o passo seguinte para a concretização do uno. Aliados os demais opositores (comunistas e sem-trabalho), o jeca é o entrave à efetivação da sociedade futura, uma vez que, despreparado, emperra o fortalecimento da nação. Este homem do campo, tomado também como exemplo para o proletariado urbano, deve ser reeducado a fim de tomar o lugar que o ideário totalitário do Estado Novo lhe designou.

O amor ao trabalho, a que faz menção Vargas de um modo constante, corrobora o esforço do Estado para a disseminação total de uma nova interiorização do tempo de trabalho, pois, na criação mítica que é dada ao Chefe da nação, a iden-

tidade que sua figura assegura a toda a sociedade fortalece o incitamento ao dever de brasilidade.

Novamente a revista Cultura e Política, referindo-se à constituição de 1937, dá mostras do lugar que ocupa o trabalho:

"Procuramos substituir as palavras vazias da igualdade puramente formal da liberal-democracia pelas realidades de uma verdadeira democracia econômica e cultural, que logre assegurar aos indivíduos uma igualdade real, isto é, uma igualdade de oportunidade para todos, a fim de que cada qual conquiste o que merece, segundo as suas necessidades e de acordo com suas capacidades.

Pela abolição dos privilégios de toda a espécie, o Estado Novo Brasileiro passou a reconhecer uma única fonte legítima de produção de riqueza material e de riqueza intelectual: o trabalho. O culto ao trabalho, vem substituir o velho culto abstrato à liberdade, no sentido individualista. A verdadeira liberdade é algo que se conquista pelo trabalho, pela qualidade e valor dos serviços que prestamos à coletividade, concorrendo em maior ou menor escala, para a realização do bem comum".(1)

Esta ficção criada em torno do trabalho pelo imaginário totalitário faz com que o homem acredite, através de um discurso impregnado de cientificismo ideológico, que

(1) ANDRADE, Almir de. Os grandes traços da constituição de 10 de novembro. Cultura e Política. Rio de Janeiro. 1 (5): 5-6, Julho, 1941.

não há lugar, nesta nova sociedade a ser criada pelo Estado Novo, para qualquer forma de individualismo. A estratégia é a ação "o homem, os grupos, para obter uma 'cooperação voluntária' para a produção".(1)

Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado, o homem é o alvo principal da estratégia traçada pelo Estado Novo. Na Marcha para o Oeste, o discurso não reflete mecanicamente a política estatal, ele próprio é parte desta política, não como substituto de medidas concretas, mas como forma de ação, mesmo porque, o projeto é futurístico no modelo totalitário e seu julgamento só passível de ser realizado após muitas gerações.

(1) TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. p. 87.

5. BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Azevedo. Getúlio Vargas: estadista. Rio de Janeiro, Irmão Pongetti Editores, 1941.
- AMARAL, Azevedo. Interpretação do regime. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 12 de Maio de 1940, v. 1, nº 203, p. 2.
- ANDRA, E. Almir de. Os grandes traços da constituição de 10 de novembro. Cultura e Política. Rio de Janeiro, 1 (5):5-6, Julho, 1941.
- ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, Salamandra, São Paulo, Edusp, 1981.
- ARENDT, Hanna. Totalitarismo, paradoxismo do poder. In: As origens do totalitarismo. Rio de Janeiro, Editora Documentária, 1979, v. 3.
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: de 1930 - 1960. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1968.
- BRASIL, Deusdedit Moura. Um chefe de polícia. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 27 de Agosto de 1939, v. 1, nº 1, p. 5.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Comunicação apresentada no simpósio Estado Novo e Amazônia, XXXII Reunião Anual da SBPC, Campinas, UNICAMP, Julho de 1983, mimeografado.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de C. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, Difel, 1976.

- FALCÃO, Waldemar. Política de colaboração. O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 27 de Abril de 1940, v. 1, nº 191, p. 4.
- FARO, J.S. A comunicação populista no Brasil: o DIP e a SECOM. In: MELLO, José Marques de (coord.) Populismo e comunicação. São Paulo, Cortez, 1981.
- FEITAL, Neusa. Educação nacionalista no Distrito Federal. Cultura e Política. Rio de Janeiro, 1 (3): 142-146, Maio, 1947.
- FESTA do Trabalho. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 19 de Abril de 1940, v. 1, nº 185, p. 4.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- GOMES, Angela Maria Castro et alii. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- LEVINE, Robert. O regime de Vargas: os anos críticos de 1934-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Barbosa Sobrinho. Presença de Alberto Torres: sua obra e seu pensamento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LIMA, Evaristo Linhares. Formação sócio-educativa brasileira (reforma Campos e Capanema): 1931-1961. Brasília, UnB, 1977. Tese de Mestrado.
- LUZ, Madel Therezinha. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

- MAGALHÃES, Agamennon. O Estado Nacional. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 9 de Maio de 1940, v. 1, nº 200, p. 2.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo, Civilização Brasileira, 1968.
- MEIRELES, Silo. Brasil central: notas e impressões. Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército, 1960.
- MELLO, José Marques de (coord.) Populismo e comunicação. São Paulo, Cortez, 1981.
- NEIVA, Artur Hehl. O pensamento político do presidente. Separata de Cultura e Política, Rio de Janeiro, DIP, 1943.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Elite intelectual e debate político nos anos 30. Rio de Janeiro, F.G.V. e I.N.L., 1980.
- PAULO, M. Filho. Nacionalização e colonização das fronteiras. Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1 (2): 3-8, Set./Out., 1938.
- PÓVOAS, Isac. Discurso proferido em Cuiabá. In: O DESFILE escolar em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 20 de Abril de 1940, v. 1, nº 186, p. 1.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo, Editora Moraes, 1974.
- RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. Cultura Política. Rio de Janeiro, 1 (1): 128-132, Março de 1941,
- REICH, Wilhelm. Psicologia de massas do fascismo. Porto, Escorpião, 1974.

- RUMO oeste. O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 29 de Agosto de 1939, v. 1, nº 2, p. 2.
- SILVA, José F. Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec, 1980.
- SILVA, Gastão Pereira de. Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões. Rio de Janeiro, Zelio Valverde Editor.
- SILVA, Hélio. Vargas. Porto Alegre, L.P.M. Editores, 1981.
- SILVEIRA, Décio Pacheco. A ordem política e a evolução artística. Cultura e Política, Rio de Janeiro, 1 (1), Março, 1941.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.
- TORRES, Alberto. A organização nacional. Brasília, Editora U niversitária de Brasília; São Paulo, Nacional, 1982.
- TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro. Brasília, E ditditora Universitária de Brasília; São Paulo, Nacional, 1982.
- TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. São Paulo, Á-tica, 1980.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. As diretrizes da nova política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1943.
- VASCONCELLOS, Meira de. Comentários sobre a conferência de M. Paulo Filho. (Nacionalização e colonização das fronteiras) Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro 1 (2): 29, Set./Out., 1978.

- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Oliveira. Comunicações e transporte. In: BRASIL. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, Goiás: uma nova fronteira humana, Rio de Janeiro, 1948.
- VIANNA, Oliveira. As novas diretrizes da política social. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, MTIC, v. 6, nº 62, Outubro, 1939.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro, Difel, 1979.